

III Seminário Dimensões da
Política na História

Culturas Políticas, Redes Sociais e Relações de Poder

Programação e Resumos



Promoção:



Apoio:



Programa de Pós-Graduação em
História

PROGRAMAÇÃO GERAL

Dia	Horário	Atividades
30/11	08:00 – 09:00	Credenciamento
	09:00 – 12:00	Mesa Redonda Prof. Dra. Maria Fernanda Martins – UFJF <i>Tradições coloniais, aspirações imperiais: redes de poder, estratégias e ascensão política de elites no Rio de Janeiro (1780-1820)</i> Prof. Dr. Luís Augusto Farinatti – UFSM <i>Entre vários mundos: a elite da fronteira meridional e a construção do Estado do Brasil (século XIX)</i> Prof. Dr. Tiago Luís Gil – UnB <i>Poderes locais, redes e controle social nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (Rio Grande de São Pedro, 1760-1810)</i>
	14:00 – 16:00	Comunicações de Pesquisa
	16:00 – 18:00	Comunicações de Pesquisa
	19:00 – 22:00	Mesa Redonda Prof. Dr. Marcos F. de Andrade – UFSJ <i>Elites senhoriais e o governo dos escravos: Sul de Minas Gerais - século XIX</i> Prof. Dr. Roberto Guedes Ferreira – UFRRJ <i>Senhores descendentes de escravos e a manutenção da escravidão (Porto Feliz, SP, Século XIX)</i>
	01/12	09:00 – 12:00
	14:00 – 16:00	Comunicações de Pesquisa

	16:00 – 18:00	Comunicações de Pesquisa
	19:00 – 22:00	Mesa Redonda Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata – UFJF <i>Trajatórias e sociabilidades no mundo luso-brasileiro: o caso de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811)</i> Profª. Dra. Iara Lis Schiavinatto – UNICAMP <i>Entre textos e imagens no império luso-brasileiro</i> Profª. Dra. Maria Marta Martins Araujo – IEPHA <i>Movimento Político de 1842 em Minas: contestação ou resistência?</i>
02/12	09:00 – 12:00	Mesa Redonda Prof. Dr. Jefferson Cano – UNICAMP <i>A revolução, entre a razão e a fúria: retórica política e identidades partidárias no Rio de Janeiro regencial</i> Profª. Dra. Mônica Duarte Dantas – USP <i>Da Luisiana para o Brasil: a influência das obras do norte-americano Edward Livingston nos primeiros códigos do Império</i> Profª. Dra. Silvana Motta Barbosa – UFJF <i>A pequena imprensa política da Corte: os jornais Actualidade e A Pátria (1856-1864)</i> Prof. Dr. Danilo Z. Ferretti – UFSJ <i>Guerra civil e romantismo no Brasil regencial</i>
	14:00 – 16:00	Comunicações de Pesquisa
	16:00 – 18:00	Comunicações de Pesquisa
	19:00 – 22:00	Conferência Profª. Dra. Izabel A. Marson – UNICAMP <i>“Reforma e contra-revolução”: paradigmas políticos da argumentação historiográfica de Joaquim Nabuco</i>

PROGRAMAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

03/11/2010

Sessão 01: Cultura das Luzes (Coord.: Alexandre Mansur Barata)

Data: 30/11/2010 – Horário: 14 horas – Local: ICH – Sala 1603

Tarcísio de Souza Gaspar - *Boatos e Murmurações nas Minas da segunda metade do século XVIII: opinião pública e inconfidências*

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva - *Real Mesa Censória: aspectos de uma censura ilustrada (1768-1777)*

Pablo Rodrigues Marques - *Manifestações ilustradas no Rio de Janeiro dos vice-reis: As agremiações científico-literárias*

Bruna Melo dos Santos - *Hipólito da Costa: uma figura ambígua ou mal interpretada?*

Sessão 02: Política e Imprensa (Coord.: Silvana Mota Barbosa)

Data: 30/11/2010 – Horário: 14 horas – Local: ICH – Sala 1605

Luciano da Silva Moreira - *Paulistas e mineiros: imprensas e espaços da relação política (1827-1835)*

André Alexandre Guimarães Couto - *Letras em Jogo: a Imprensa Esportiva Carioca no início da década de 1930*

Raquel Barroso Silva - *À Leitora: o papel da mulher nas crônicas de França Júnior*

Raul Amaro de Oliveira Lanari - *A Revista do Servidor Público e as representações sobre o trabalho, o Estado e o serviço público durante o Estado Novo (1938-1945)*

Ana Lúcia Fiorot de Souza - *Modernização e progresso na Belle Époque "Caipira" em Belo Horizonte: o Jornal Diário de Minas em 1911*

Sessão 03: Redes de poder e hierarquias (Coord.: Maria Fernanda Vieira Martins)

Data: 30/11/2010 – Horário: 16 horas – Local: ICH – Sala 1603

Carlos Leonardo Kelmer Mathias e Jonathas de Freitas Santos - *Uma hierarquia fluída: notas acerca de algumas redes de reciprocidade formadas entre as capitânias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, 1711 – 1756*

Fernanda Fioravante - *Redes de poder: alianças e governabilidade no processo de implantação do poder régio nas Minas, c. 1711 – c. 1750*

III Seminário Dimensões da Política na História

Michelle Cardoso Brandão - *Forjando Status e Construindo Autoridades: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-36)*

Fernando Gaudereto Lamas - *Administração colonial nas Minas setecentistas: estudo de caso do processo de normatização da área Central da Mata mineira (1780-1800)*

Luiz Fernando Rodrigues Lopes - *Negócios, irmandade e vizinhança: as sociabilidades dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga (1753-1801)*

Sessão 04: Sociabilidades e associativismo (Coord.: Alexandre Mansur Barata)

Data: 30/11/2010 – Horário: 16 horas – Local: ICH – Sala 1605

Filipe Queiroz de Campos - *Associativismo imigrante: Pantaleone Arcuri e os italianos na cidade de Juiz de Fora*

Sérgio Augusto Vicente - *Sob os conselhos do Estado: uma análise dos pareceres do Conselho de Estado sobre os estatutos de associações científicas, literárias e de instrução erigidas na capital do Império brasileiro (1860-1882)*

Priscila da Costa Pinheiro - *O sentimento pátrio e as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)*

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida - *Identidades e Cultura associativa: redes horizontais de auxílio mútuo e as categorias sociais*

Camila Pereira Martins - *Cultura Política em Juiz de Fora na Primeira República: as Associações de Ofício e suas festas*

01/12/2010

Sessão 05: Elites e Instituições (Coord.: Maria Fernanda Vieira Martins)

Data: 01/12/2010 – Horário: 14 horas – Local: ICH – Sala 1307

Gilberto da Silva Guizelin - *À Luz de um Novo Olhar do Político: Dimensões & Diretrizes da Diplomacia Vintista (1822-1828) do Império do Brasil*

Carla Beatriz de Almeida - *O Supremo Tribunal de Justiça como objeto e o uso da prosopografia como método*

Maria Elisa Ribeiro Delfim - *Apontamentos sobre a elite política sanjoanense (1808-1822)*

Elaine Leonara de Vargas Sodré - *Quando a deusa cega serve a dois senhores... A magistratura brasileira entre o poder estatal e o poder local (1833-1871)*

Eder da Silva Ribeiro - *Os conselheiros do Imperador D. Pedro I: formação e afirmação de um grupo homogêneo*

Sessão 06: Cultura política e Opinião Pública (Coord.: Alexandre Mansur Barata)

Data: 01/12/2010 – Horário: 14 horas – Local: ICH – Sala de Defesas do CPH

Renato João de Souza - *Culturas políticas: desafios e potencialidades*

Gislene Edwiges de Lacerda - *Memórias Estudantis: O movimento estudantil juizforano durante a transição democrática (1974 – 1984)*

Claudinei Ivair de Arruda e Luciano Teixeira de Paula - *O papel da sociedade civil na formação da opinião pública*

Jefferson José Queler - *Golpista antes de ensaiar o golpe?: considerações sobre a polêmica da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República*

Camila Gonçalves Silva - *O cotidiano da Censura, a censura do cotidiano: A imprensa escrita de Montes Claros durante o Regime Militar, 1964-1968*

Sessão 07: Nas províncias (Coord.: Jefferson Cano)

Data: 01/12/2010 – Horário: 16 horas – Local: ICH – Sala 1307

Fernanda Chaves Gherardi - *“Tropos” na Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais*

Bruna de Oliveira Fonseca - *A pena na contenda: uma leitura dos documentos da Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais*

Fábio Francisco de Almeida Castilho - *Movimento Separatista no Sul de Minas: As aspirações de um movimento insólito*

Raimundo César de Oliveira Mattos - *A cultura política no oitocentos no Vale do Paraíba Fluminense – o caso de Manoel Antonio Esteves em Valença*

Sessão 08: Cultura e Patrimônio (Coord.: Silvana Mota Barbosa)

Data: 01/12/2010 – Horário: 16 horas – Local: ICH – Sala 1403

Manuela Areias Costa - *Práticas musicais e culturas políticas: as representações da banda “União XV de Novembro”, 1901-1930*

Daniela Barbosa de Oliveira - *“Carnaval” e América Latina, um estudo através da Literatura.*

Fábio Henrique Monteiro Silva - *Do estado da festa ao estado na festa: o carnaval ludovicense na década de 1990*

Fabiana Aparecida de Almeida - *Opinião pública e patrimônio cultural: as mudanças de perspectiva*

Loque Arcanjo Júnior - *Francisco Curt Lange e o modernismo musical no Brasil (1930-1946): identidade nacional, política e diálogos musicais sobre a nação*

02/12/2010

Sessão 09: Discursos e projetos políticos (Coord.: Jefferson Cano)

Data: 02/12/2010 – Horário: 14 horas – Local: ICH – Sala 1303

Jefferson de Almeida Pinto - *A Igreja Católica e o embate com o positivismo jurídico-penal – dimensões teológicas e políticas (1890-1955)*

Tiago Almeida Zebende - *O Quinto Império no Segundo Reinado: as idéias de Patroni, um filósofo profeta.*

Mateus da Rocha Reis - *Propostas para extinguir a escravidão: uma análise das obras de Benjamin Fontana e Maria Josephina*

Leonardo Bassoli Angelo - *A Direção Geral dos Índios de Minas Gerais: uma política de civilização indígena*

Sessão 10: Política no Tempo Presente (Coord.: Maria Marta Araújo)

Data: 02/12/2010 – Horário: 14 horas – Local: ICH – Sala 1603

André Pereira Guiot - *O PSDB e a contrarreforma neoliberal nos anos 90*

Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro - *A participação dos médicos na política de saúde brasileira: considerações sobre a participação desses profissionais no sistema suplementar de saúde brasileiro*

Marcos Antonio Tavares da Costa - *As Forças Armadas e a projeção do poder político brasileiro para além de nossas fronteiras: um estudo comparativo entre a 2ª Guerra Mundial e as Missões de Paz da ONU.*

José Leandro Peters - *Reflexos de uma disputa nacional: a repercussão da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida nos periódicos de Juiz de Fora.*

Sessão 11: Os Trabalhadores e o Estado (Coord.: Maria Fernanda Vieira Martins)

Data: 02/12/2010 – Horário: 16 horas – Local: ICH – Sala 1603

Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale - *Justiça Eleitoral e consolidação democrática: um estudo histórico*

Priscila Musquim Alcântara - *A influência da Escola de Engenharia de Porto Alegre na trajetória política de Yêddo Fiúza.*

Luís Eduardo de Oliveira - *A Tribuna Popular e a luta dos trabalhadores cariocas pelo abono de natal*

Adrianna Cristina Lopes Setemy - *Sobre a elegância do minueto, o manto das trevas: desvendando a atuação do Itamaraty no combate ao comunismo*

III Seminário Dimensões da Política na História

Sessão 12: Economia e Política (Coord.: Silvana Mota Barbosa)

Data: 02/12/2010 - Horário: 16 horas - Local: ICH - Sala 1303

Felipe Marinho Duarte - *Crédito público num contexto urbano*

Pedro Paulo Aiello Mesquita - *As relações de poder na Companhia Petropolitana de Tecidos (1873-1945)*

Mariana Eliane Teixeira - *A contribuição do conceito de Cultura Política ao debate sobre a construção da imagem do imigrante ideal*

RESUMOS

Conferências

Izabel Andrade Marson

Universidade Estadual de Campinas

“Reforma e contra-revolução”: paradigmas políticos da argumentação historiográfica de Joaquim Nabuco

Resumo: A conferência destacará o princípio liberal aristocrático - “reforma e contra-revolução” - que orientou a postura sempre moderada de Joaquim Nabuco no trato das questões políticas e sociais de seu tempo. Nesse sentido, sinaliza sua presença nas figurações por ele criadas para “a escravidão” e para os movimentos populares de matiz republicano jacobino do presente e do passado, em obras importantes como A Escravidão (1870), O Abolicionismo (1883), Balmaceda (1895), e Um Estadista do Império (1897).

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Impressores e Livreiros, Textos e Conceitos: Brasil, Portugal e França, idéias, cultura e poder nos primeiros anos do oitocentos

Resumo: A presente proposta tem como objetivo principal o estudo das idéias constitucionais que circularam no Brasil, advindas também de Portugal e da França, através de textos políticos, produzidos por impressores e livreiros dos anos iniciais do oitocentos. Nesse caso, os conceitos de livro e de imprensa revestem-se de um sentido amplo: não são apenas relatos de um tempo, que apresentam visões distintas de um mesmo fato, mas sim agentes que podem intervir nos processos e episódios que construíram o Brasil como História. Pretende-se assim, por meio do exame de alguns desses escritos, a análise dos conceitos e linguagens fundamentais que caracterizaram as culturas políticas do mundo luso-brasileiro, no início do século XIX, especialmente no momento do processo de separação do Brasil de Portugal.

Mesas Redondas

Alexandre Mansur Barata

Universidade Federal de Juiz de Fora

Trajetórias e sociabilidades no mundo luso-brasileiro: o caso de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811)

Resumo: A comunicação centra-se na trajetória de José Joaquim Vieira Couto (1773-1811). Membro de importante família do Distrito Diamantino, teria ele se deslocado para o Reino no final do ano de 1799 em função de uma representação de alguns habitantes daquele arraial, encaminhada a rainha D. Maria I, contra o Intendente Geral dos Diamantes João Inácio do Amaral Silveira. Em março de 1803, foi preso pela Intendência Geral da Polícia e encaminhado para Cadeia do Limoeiro, sendo transferido em julho do mesmo ano para os cárceres da Inquisição de Lisboa. Libertado pelas tropas de Junot, foi novamente preso e remetido, em 1810, no âmbito

da “setembrizada”, para a Ilha Terceira onde acabou por falecer em 1811. Sua trajetória nos permite refletir, dentre outras questões, as interseções e embates entre diferentes concepções de mundo na virada do século XVIII para o século XIX.

Danilo Z. Ferretti

Universidade Federal de São João del Rei

Guerra civil e romantismo no Brasil regencial

Resumo: Discute-se o surgimento do romantismo brasileiro, levando em consideração sua relação com as rebeliões regenciais. Priorizando a produção de Gonçalves de Magalhães entre os anos de 1832 e 1838, destaca-se o aspecto de cruzada moral cristianizadora e sua relação com a auto-compreensão da missão do poeta. Discute também as dimensões de temporalidade inerentes à reflexão sobre a nação elaborada pelo líder romântico.

Iara Lis Schiavinatto

Universidade Estadual de Campinas

Entre textos e imagens no império luso-brasileiro

Resumo: Gostaria aqui de indicar os modos de ocorrência de um debate acerca do desenho, da pintura, da gravura, do retrato, das artes, no império luso-brasileiro entre 1780-1830, mapeando os textos fundamentais e suas práticas de escrita, circulação, leitura, bem como a importância que adquirida pelo desenho, retrato e gravura na cultura política do período.

Jefferson Cano

Universidade Estadual de Campinas

A revolução, entre a razão e a fúria: retórica política e identidades partidárias no Rio de Janeiro regencial

Resumo: Essa comunicação busca compreender em que termos se formulavam as definições partidárias nos primeiros anos da regência, tomando como base os debates na imprensa do período. Nesse sentido, tentamos mostrar que conceitos como revolução, constituição ou democracia são constantemente reapropriados no interior do debate político e só ganham sentido se relacionados a disputas concretas em momentos históricos específicos.

Luis Augusto Farinatti

Universidade Federal de Santa Maria

Entre vários mundos: a elite da fronteira meridional e a construção do Estado do Brasil (século XIX)

Resumo: O processo de construção do Estado brasileiro, no século XIX, tem suscitado vivo e importante debate na historiografia. Uma das abordagens mais fecundas é a que tem procurado investigar a participação dos grupos sociais regionais nesse processo. A elite da fronteira meridional, desde os tempos coloniais, teve nas atividades guerreiras sua principal fonte de poder e notabilidade. Neste trabalho, procuro investigar a participação dessa elite no contexto de construção do Estado Brasileiro, na primeira metade do século XIX. As principais fontes utilizadas são correspondências entre autoridades, registros de batismo e processos judiciais. No início do Oitocentos, a elite guerreira do sul ganhou novo impulso com a conquista e colonização de vastas sobre os territórios disputados com o Império Espanhol. Nesse período, a questão de qual Estado iria instalar-se na região estava em aberto e vários eram os projetos de soberania que ali se sobrepunham: Império do Brasil, Confederação Argentina, Pátria Grande de Artigas, Estado do Uruguai (com diferentes propostas de territorialidade). Essa região, além de periferia, era uma *fronteira*, o que dotava esta elite regional de recursos e características que elites de outras regiões do

Império não tinham. Sua capacidade de negociar com o centro – ou de desafiá-lo, em tempos de menor concórdia – vinha de seus cabedais militares. Estes eram formados por sua capacidade de arregimentar homens em armas e conseguir montarias, por suas relações pessoais com os chefes platinos e pelo o prestígio que iam angariando a cada batalha. Esse cabedal militar conferia-lhes uma margem de autonomia. Ao longo da primeira metade do século XIX, as facções da elite sulina foram protagonistas na instalação do estado brasileiro nos confins meridionais, ora colocando-se como mediadores entre o poder central e as populações do sul, ora combatendo o Império na busca de outros projetos políticos. Para tanto, precisavam saber estabelecer relações sociais e negociar com o poder central, com aliados e com subalternos. A malha social da qual participavam e com a qual precisavam estabelecer relações era bastante complexa, envolvendo grandes estancieiros e comerciantes, mas também uma vasta base de pequenos produtores, escravos, migrantes do Prata, indígenas guaranis vindos dos antigos domínios missionários e escravos. Porém, ao longo do Oitocentos, as condições institucionais em que atuavam se modificava, como se modificava o Império. Se os senhores guerra seguiam importantes ao Império em razão do perigo platino, a capacidade da guerra em dar acesso legítimo a bens materiais (como as sesmarias ou os butins de gado, por exemplo) foram deixando de existir, minando as antigas práticas de redistribuição que garantiam as relações entre chefes guerreiros e os subalternos. Neste novo contexto, novas estratégias terão que ser postas em marcha, de par com uma intenção cada vez mais centralizadora vinda da Corte, em meados do século.

Maria Fernanda Vieira Martins

Universidade Federal de Juiz de Fora

Tradições coloniais, aspirações imperiais: redes de poder, estratégias e ascensão política de elites no Rio de Janeiro (1780-1820)

Resumo: No Brasil, o período entre meados do século XVIII e o início do Oitocentos é marcado por uma série de grandes rupturas que irão influir diretamente na composição e equilíbrio de forças e interesses na colônia. A partir da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, a arquitetura da nova configuração do poder beneficiou-se amplamente das redes de relacionamento e alianças tradicionais entre as autoridades régias e as elites locais, que haviam se intensificado na segunda metade do setecentos, especialmente com as reformas do período pombalino e a ação posterior dos responsáveis pela condução dos negócios ultramarinos. Tal conjuntura viria a promover a progressiva ascensão, no sentido da ocupação dos altos cargos jurídico-administrativos, de grupos de elite mais efetivamente coloniais, que combinavam a acumulação das funções de mando no nível local e a consolidação de seu poderio econômico com uma certa *profissionalização*, representada pela presença crescente desses setores nas universidades européias. Assim, o objetivo desse trabalho é identificar e analisar as origens sociais e familiares, as trajetórias, estratégias e redes de poder construídas por esses grupos e suas famílias, para manterem-se próximos às esferas decisórias, considerando sua progressiva inserção na estrutura governamental.

Maria Marta Araújo

IEPHA-MG

Movimento Político de 1842 em Minas: contestação ou resistência?

Resumo: Conforme reiteram alguns historiadores franceses, assiste-se hoje a uma espécie de retorno ao fato histórico, elevado agora a uma posição mais digna do que vinha ocorrendo desde o advento da Nova História. Descartando qualquer perspectiva que se aproxime da velha história factual, o que se propõe são novas interrogações que permitam compreender, estabelecendo-se vias de mão-dupla, fatos,

processos e estruturas, o que, talvez, pode não parecer novo. De todo modo, é inegável a existência de fatos incontornáveis para o historiador, sobretudo, aqueles produzidos pela convergência de mudanças sociais, políticas e culturais e que são a ponta do iceberg, como diria Jacques Le Goff ao demarcar o pioneirismo de Georges Duby nesse tipo de abordagem. O movimento político de 1842 em Minas Gerais – evitando inicialmente classificação diferente da que foi dada por grande parte de seus protagonistas, é um desses eventos que permitem compreender as estruturas mais profundas de uma determinada sociedade, mas que também só são compreendidos a partir da visão do iceberg. Objeto de estudo capaz de produzir interpretações múltiplas e até mesmo divergentes ao longo dos séculos, 1842 toca em questões fundamentais da história política do Império, revelando trajetórias individuais e coletivas, redes sociais e culturas políticas e que sem as quais não é possível entendê-lo.

Mônica Duarte Dantas

Universidade de São Paulo - IEB

Da Luisiana para o Brasil: a influência das obras do norte-americano Edward Livingston nos primeiros códigos do Império

Resumo: A tradição historiográfica coloca, em geral, como fontes primeiras do Código Criminal brasileiro de 1830 o código de Pascoal de Mello Freire de 1786, o Código Penal napoleônico de 1810, bem como a tradição iluminista e utilitária. Porém, mais do que isso, muitos costumam se referir ao dito Código de 1830 como obra de Bernardo Pereira de Vasconcelos (autor do projeto discutido no legislativo). Contudo, ao se comparar atentamente muitos dos artigos do Projeto com aqueles do Código Criminal, fica evidente não só a distância entre o texto de Vasconcelos e aquele aprovado pelo Parlamento, como também suas diferenças em relação aos referidos modelos português e francês. De fato, ao se considerar as discussões na Câmara e, mais ainda, o teor de vários dos artigos revela-se a influência direta do Penal Code apresentado pelo nova-iorquino Edward Livingston para o legislativo do estado da Luisiana em 1825, parte de sua obra *A System of Penal Law*, que além do mencionado código penal, contemplava também um código de processo e um código prisional. A presente comunicação tem por fim justamente analisar essa influência e mostrar sua importância política na conjuntura de formação do nascente Estado-nacional, para além de discutir a questão da diversidade das referências externas que informavam os projetos e expectativas dos grupos políticos da época.

Marcos Ferreira Andrade

Universidade Federal de São João del Rei

Elites senhoriais e o governo dos escravos: Sul de Minas Gerais - século XIX

Resumo: O objetivo da apresentação consiste em discutir as características da elite escravista sul-mineira e sua importância sócioeconômica e política no contexto regional e nacional da história do Império, particularmente na primeira metade do século XIX. Também serão abordados aspectos relacionados às estratégias senhoriais na composição das escravarias e ao governo dos escravos.

Roberto Guedes Ferreira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Senhores descendentes de escravos e a manutenção da escravidão (Porto Feliz, SP, Século XIX)

Resumo: Focado na cidade de Porto Feliz, capitania/província de São Paulo, o trabalho analisa o comportamento senhorial de famílias de egressos do cativo nas últimas décadas da escravidão no Brasil, em meio a conflitos com escravos e outros advindos da servidão. Demonstra que, não obstante pressões em prol da liberdade e

de relativa perda de legitimidade da escravidão, famílias senhoriais com antepassado escravo tentaram manter a condição senhorial. Logo, tal atitude intencional visava manter o *status* senhorial familiar construído ao longo de gerações sobre a égide da escravidão. Ao mesmo tempo, o trabalho também demonstra conflitos entre estas famílias senhoriais e famílias cativas que almejavam a liberdade ou preteridas em políticas de domínio de antigos senhores. Conclui-se que a condição senhorial se sobrepôs ao antepassado escravo comum e que a legitimidade da escravidão resistiu em famílias com antepassado cativo. Por outro lado, ainda como hipótese, conflitos familiares entre egressos do cativeiro podem ter sido mais significativos do que disputas em torno da escravidão e da liberdade em si mesmas. Como fontes, utilizo registros paroquiais, inventários *post-mortem* e ações de manutenção de liberdade.

Silvana Mota Barbosa

Universidade Federal de Juiz de Fora

A pequena imprensa política da Corte: os jornais Actualidade e A Pátria (1856-1864)

Resumo: Há muito a historiografia brasileira discute o papel da imprensa como instrumento e *locus* privilegiado do debate político. Seguindo a trilha aberta por esta produção, o objetivo desta comunicação é analisar dois pequenos jornais de meados do século XIX – A Actualidade e A pátria. Inicialmente, busca-se recuperar os impressos em sua estrutura (organização, distribuição, financiamentos). Em seguida, recupera-se o debate político proposto por estas folhas, qual o significado que atribuíam aos partidos e o papel que desempenhavam nesta imprensa.

Tiago Luis Gil

Universidade de Brasília

Poderes locais, redes e controle social nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (Rio Grande de São Pedro, 1760-1810)

Resumo: Este trabalho estuda a importância do comércio de contrabando nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo, ponto de confluência entre os Impérios luso e espanhol no sul da América, entre 1760 e 1810. Aponta para a existência de redes de relacionamento, ancoradas em postos de governo, agindo como base de sustentação do contrabando. Discute a questão da fronteira imperial, problematiza as interpretações sobre o comércio ilícito e analisa as estratégias desenvolvidas pelos contrabandistas.

COMUNICAÇÕES DE PESQUISA

Adrianna Cristina Lopes Setemy

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Doutoranda - CNPQ

Título da comunicação: Sobre a elegância do minueto, o manto das trevas: desvendando a atuação do Itamaraty no combate ao comunismo

Resumo: Malgrado os esforços encetados por analistas integrantes e ex-integrantes da carreira diplomática, além de analistas externos, com vistas a consolidar uma prática discursiva e memorialística que caracteriza o Itamaraty e seu corpo funcional pela independência e distanciamento em relação a querelas partidárias e ideológicas, nesta comunicação pretendemos analisar as disputas políticas que se deram no interior desta instituição no contexto do combate ao comunismo entre as décadas de 1930 e 1960. Demonstraremos que à imagem de homogeneidade e estabilidade

veiculada através da sua produção discursiva, intelectual e memorialística contrapõe-se uma realidade conflitiva e dinâmica, e que este discurso que visa desvincular o corpo diplomático do engajamento político e ideológico consiste em uma construção forjada que, por si só, representa uma posição política com conseqüências práticas nos jogos de poder dos quais procura se desvincular, mesmo que, por vezes, participe ativamente. O objetivo não é desmentir este discurso que enfatiza o distanciamento e a independência do Itamaraty em relação às disputas políticas e ideológicas no âmbito interno, mas tão somente advertir para o perigo de adotá-lo como uma verdade, como algo dado. A problematização deste discurso possibilitará uma compreensão mais ampla acerca da atuação da instituição no que se refere, notadamente, no combate ao comunismo, especialmente a partir da produção de informações por diplomatas brasileiros no exterior.

Ana Lúcia Fiorot de Souza

Universidade de São Paulo - Doutoranda

Título da comunicação: *Modernização e progresso na Belle Époque “Caipira” em Bello Horizonte: o Jornal Diário de Minas em 1911*

Resumo: No Brasil, após a Proclamação da República, algumas cidades, como Belo Horizonte, incorporaram o discurso em prol da modernização e do progresso. Essa cidade é objeto impar para a análise proposta neste trabalho, pois foi construída no final do século XIX sob a égide da aclamada modernidade e utilizou as melhores inovações urbanísticas e arquitetônicas com os trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Visava-se assim, romper, principalmente no âmbito simbólico, com a herança colonial representada por Ouro Preto (antiga capital do Estado de Minas Gerais) e marcar a “nova” fase vivenciada pelo Estado brasileiro no âmbito político e representativo. Para melhor compreender as repercussões desses melhoramentos na sociedade belorizontina, analisaremos o jornal *Diário de Minas*, sob a direção de Augusto de Lima em 1911 – ano de “gestação” do *Álbum de Bello Horizonte* organizado por Raymundo Alves Pinto e Tito Livio Pontes. As duas publicações tinham em comum a veiculação da jovem capital, mas com objetivos distintos. Enquanto o *Álbum* ventilou um farto conjunto imagético e textual (em língua portuguesa, francesa, italiana, alemã e inglesa) que visava exaltar as qualidades e melhorias de Belo Horizonte, o *Diário de Minas* em vários momentos deu visibilidade não só ao *glamour*, mas também aos problemas cotidianos vivenciados pela população local. Ao discutir a imprensa (texto e imagens) e seus desdobramentos será utilizado como aporte teórico ARRUDA, BURKE, ORTIZ entre outros.

André Alexandre Guimarães Couto

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Mestrando

Título da comunicação: *Letras em Jogo: a Imprensa Esportiva Carioca no início da década de 1930*

Resumo: A imprensa esportiva carioca, que existia desde o século XIX, passa, em nossa visão, por um processo de consolidação nos anos 30, por conta de uma série de mudanças que a própria sociedade brasileira passava, principalmente no meio urbano. Desta forma, o objeto da pesquisa visa à análise da criação do Jornal dos Sports e seus primeiros números. Interessa fazer um histórico de sua criação, identificando os seus primeiros proprietários e os jornalistas envolvidos nessa empreitada. Além disso, descreverei a forma material como o jornal se apresentava, ou seja, chegava aos leitores. No caso, interessa as seguintes informações: o número de páginas; os preços de venda; se existiam ou não assinaturas; a qualidade e a quantidade das imagens presentes no periódico; quais anúncios eram veiculados e para quem eram destinados; quantas e quais colunas eram publicadas e,

principalmente, quais eram os temas de que tratavam os primeiros editoriais. Enfim, trabalharei com a análise da parte gráfica do jornal e seu respectivo formato. No entanto, a opção pelo estudo da imprensa esportiva neste período se justifica pela necessidade de entender o discurso modernizante presente em publicações esportivas como o *Jornal dos Sports* e que aliavam uma ideologia em prol dos benefícios que os esportes e a educação física trariam para o homem e para a sociedade brasileira em relação à saúde, à higiene e à formação de uma sociedade mais desenvolvida e moderna. O *Jornal dos Sports* será estudado em duas grandes fases: de 1931 a 1936, que compreende a data de sua fundação até a compra do mesmo pelo jornalista Mário Rodrigues Filho. A partir daí, identificamos uma segunda fase, que delimitamos até 1950, por meio da campanha pela construção do Estádio Maracanã. Em ambos os casos, ressaltamos que o jornal se sustentaria durante décadas aliando-se à elite empresarial e social, apoiando as grandes campanhas de saúde e educação do Estado getulista, em um momento de desafio pela popularização desta imprensa especializada. Além disto, neste texto, estarei mais preocupado com que tipo de imprensa esportiva existia no momento de criação do *Jornal dos Sports* (1931). Quais temas eram abordados pelos jornais e quais “imprensas” (a chamada “grande imprensa”, os jornais menores, os jornais classistas, outros mais especializados etc.) atuavam neste período são questões importantes para compreender as circunstâncias em que se desenvolveu e se fortaleceu uma imprensa especializada em esportes. Em suma, buscarei, mesmo que de forma bastante inicial, compreender o lugar dedicado aos esportes nos outros jornais da época. Tais jornais apresentam seções e cadernos voltados para a área esportiva, diferentemente do *Jornal dos Sports*, um veículo de comunicação especializado.

André Pereira Guiot

Universidade Federal Fluminense – Mestre - CAPES

Título da comunicação: *O PSDB e a contrarreforma neoliberal nos anos 90*

Resumo: As reflexões a serem levadas à apresentação têm como principal objetivo submeter à análise os documentos do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) entre os anos de 1988 e 2002. A elaboração, divulgação e implementação do programa partidário trazia, desde a fundação do partido, aspectos pertinentes à contrarreforma neoliberal de tipo terceira via para a realidade brasileira. Veremos como o partido se credenciava, diante da crise orgânica, como organizador do consenso entre as frações das classes dominantes e a execução de suas demandas na sociedade política (órgãos, agências e aparelhos de Estado) durante os anos 90. Para dar conta de tais rearranjos, o programa neoliberal peessedebista atravessou três fases bem nítidas, distintas e complementares: de 1988 a 1994 temos a formulação e a divulgação da ideologia neoliberal; no primeiro governo FHC (1995 a 1998) assistimos à edificação e implantação das bases deste modelo e, finalmente, no segundo governo FHC (1999-2002) o refinamento e a ampliação daquilo que já tinha sido estrategicamente debatido, analisado e implementado nos períodos anteriores, isto é, tratou-se de fincar as bases da hegemonia neoliberal da terceira via através da proposta de “radicalização ou democratização da democracia”. A proposta da apresentação é, em suma, o de abordar, sinteticamente, cada uma dessas fases através do exame dos documentos do PSDB, realçando aspectos que nos possibilitem afirmar que o programa peessedebista tinha como leitmotiv a reelaboração das novas relações entre o Estado e a sociedade civil no Brasil dos anos 90, com vistas a garantir a reprodução ampliada de setores hegemônicos do capital e não a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras.

Bruna de Oliveira Fonseca

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduanda

Título da comunicação: *A pena na contenda: uma leitura dos documentos da Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais*

Resumo: A Revolta Liberal de 1842, em Minas Gerais, entendida pela historiografia sobre o século XIX brasileiro, como um momento de quebra do arranjo político institucional do Império do Brasil, onde se abandonou os meios legais de contestação e buscou-se nas armas uma solução para a contenda. Este movimento de contestação, por via armada, da política vigente, foi provocado pela insatisfação dos integrantes da corrente Liberal com “facção” que iludia o Monarca não permitindo que este percebesse como as liberdades de seus súditos, garantida na constituição, eram desrespeitadas. Questionavam a atuação do Ministério de Março, posicionaram contra dissolução da Assembléia Geral, reivindicavam, principalmente, o fim da Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834 e das reformas do Código do Processo Criminal de 1841, bem como o fim Conselho de Estado. No plano político específico de Minas Gerais, questionavam o adiamento da assembléia provincial, as ações do presidente de província Bernardo Jacinto da Veiga e pediam a restituição dos cargos do judiciário local. A partir da documentação procurou-se entender melhor alguns aspectos da Revolta que não foram abarcados pelos trabalhos que abordam a temática, o discurso dos envolvidos e uso de correspondência para evitar confronto bélico. Afastando da simples narrativa das batalhas será destacado a disputa no plano das idéias apresentado o discurso dos insurgentes e dos legalistas.

Bruna Melo dos Santos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Mestranda - CAPES

Título da comunicação: *Hipólito da Costa: uma figura ambígua ou mal interpretada?*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer um esboço da trajetória de vida de Hipólito José da Costa, destacando as ambigüidades que são constantes na figura desse proeminente publicista da primeira metade do oitocentos. Hipólito da Costa e a sua obra maior, o periódico *Correio Braziliense* (1808-1822), conta com pelo menos duas biografias bastante conhecidas, são elas: Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*, autoria de Mecenas Dourado; e, Hipólito da Costa e o *Correio Braziliense*, autoria de Carlos Rizzini. Estes biógrafos, por sinal, disputam entre si o pioneirismo de tê-lo biografado. Mas deixando de lado essa questão do pioneirismo das biografias, esse estudo tem como foco destacar algumas características que dão conta das dubiedades que pairam sobre o redator do *Correio*. Talvez a ambigüidade mais marcante e, que foi motivo de várias críticas, diz respeito à nacionalidade de Hipólito e, conseqüentemente, de seu periódico. Apesar do próprio Hipólito considerar o Brasil como sua terra natal, tal como declarou nas primeiras páginas do *Correio Braziliense*, que “Levado desses sentimentos de Patriotismo, e desejando aclamar meus compatriotas, sobre os fatos políticos civis, e literários da Europa, empreendi este projeto [...]” (CB:1808), mas muitos de seus críticos não pensavam dessa forma, uma vez que Hipólito nasceu na Colônia do Sacramento, território que mais tarde passou a pertencer ao Uruguai, e seu periódico era escrito em Londres; sendo assim, nem Hipólito e nem seu jornal poderiam ser considerados “brasileiros”. Dessa forma, o pioneirismo da imprensa brasileira não deve ser creditado ao *Correio Braziliense*, mas sim a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que saiu à luz em setembro de 1808 e era impresso em solo luso-brasileiro pela Impressão Régia. Entre as inúmeras acusações, feitas por seus biógrafos-detratores, Hipólito é acusado de ser um falso ídolo do jornalismo brasileiro, já que nem brasileiro ele era. Werneck Sodré (SODRE:1966) reforça essas acusações enumerando alguns motivos que

descredenciam Hipólito da Costa do rol da história da imprensa brasileira. No entanto, para outros autores, digamos, para seus biógrafos-biógrafos, o fato do jornal ser redigido em Londres foi uma estratégia para que Hipólito, longe dos olhos e garras da censura, pudesse expor e denunciar tudo aquilo que julgasse importante, mesmo quando o assunto fosse desagradável para a Corte portuguesa. Argumentam que, se o Correio fosse redigido em território luso-brasileiro teria, com toda certeza, sofrido influências do Rei e do clero, tal como acontecia com as gazetas que circulavam por aqui. A postura de Hipólito frente aos problemas da escravidão no Brasil, frente à maçonaria, frente à liberdade de imprensa também são alvos de questionamentos, que dão margem para interpretações dúbias que pairam sobre o redator. Estas inúmeras interpretações contribuem para a riqueza do tema e revelam os muitos caminhos que a história pode seguir.

Camila Gonçalves Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora – Mestranda

Título da Comunicação: *O cotidiano da Censura, a censura do cotidiano: A imprensa escrita de Montes Claros durante o Regime Militar 1964-1968*

Resumo: A presente comunicação é resultado da redação do terceiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada: “Censura e autocensura: A imprensa escrita de Montes Claros durante o contexto do Regime Militar de 1964 a 1979”, pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora, PPGH/UFJF. Restringimos nossa apreciação aos anos de 1964 a 1968, contexto marcado pelo intenso controle aos meios de comunicação em âmbito nacional. Não obstante, a nossa pesquisa identifica que a imprensa do interior de Minas Gerais também sofreu alterações nesse contexto. Examinaremos o espaço de sociabilidade dos jornais impressos: Diário de Montes Claros e Jornal de Montes Claros, ambos estiveram à mercê do aparato repressor após o êxito do golpe de 1964. Os membros do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros atuaram como censores dos impressos da cidade após terem participado diretamente da execução do golpe militar. Nesse sentido, a trajetória da imprensa escrita local foi diretamente afetada pela ruptura com o modelo político democrático vigente no Brasil. Compreender as relações entre imprensa e poder é condição indispensável nesse período, pois analisaremos o lócus da censura, o método dos censores, enfim, a interação e a rotina entre censores e jornalistas. O nosso aparato documental e metodológico consiste no uso da metodologia da História Oral, através de depoimentos coletados com os jornalistas que atuaram nos periódicos arrolados. Os Inquéritos Policiais Militares-IMPs também serão pertinentes para compreender os métodos de pressão e punição a que os jornalistas montesclarenses estiveram sujeitos no contexto ditatorial brasileiro.

Camila Pereira Martins

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduanda - CNPQ

Título da comunicação: *Cultura Política em Juiz de Fora na Primeira República: as Associações de Ofício e suas festas*

Resumo: Pesquisamos as festividades promovidas pelas associações mutuais, durante a Primeira República. Entre o conjunto variado de mutuais restringimos a nossa análise sobre aquelas que se definiam a partir de ofícios (caixeiros, gráficos, etc.). Entre elas as de maior destaque foram: a Associação Beneficente Operária de Juiz de Fora, a Associação dos Empregados no Comércio e a Associação dos Irmãos Artistas. O objetivo da pesquisa é analisar as culturas compartilhadas por essas associações. Entendemos que culturas se expressam através de práticas e rituais desenvolvidos, tanto pelos atores sociais quanto pelas coletividades. Desta forma, evitamos pensar a cultura em termos generalizantes, para lançar um olhar mais

detido sobre suas particularidades, tais como seus elementos, rituais, significados e atributos. Afinal, buscamos a especificidade e aquilo que é capaz de diferenciar uma festa de outra. A pesquisa começou com um levantamento de dados presentes na imprensa juizforana. Foram coletados anúncios referentes às associações mútuas de ofício, publicados nos jornais locais “O Pharol”, “Diário Mercantil”, “Jornal do Comércio” e “O Dia”. Escolhemos estes jornais porque ao longo do período analisado foram os de maior circulação na cidade. E, como nos restringimos a apenas uma modalidade de fonte, a imprensa, foi importante abordar o tema a partir de uma variedade maior de veículos de comunicação existentes no período. Após o levantamento citado, foram feitas a leitura e a sistematização dessas fontes, conjuntamente com a leitura e a discussão da bibliografia especializada. Até o presente momento da pesquisa conseguimos levantar um número considerável de registros referentes às associações de ofício. Ao longo da pesquisa encontramos informações sobre 70 mútuas desta natureza, sendo que 22 delas organizaram alguma modalidade de festa. Encontramos registros da realização de quermesses, bailes dançantes, peças teatrais, festivais esportivos, excursões a outras cidades e comemorações do Primeiro de Maio. Resultados parciais desta pesquisa já foram apresentados na Semana de História da UFJF e na ANPUH-MG. As modalidades de celebração promovidas pelas associações mútuas de ofício de Juiz de Fora variavam, não apenas em virtude da data a ser comemorada, mas também em razão de uma série de outros fatores, como a orientação política da associação, o público ao qual se destinava, a conjuntura política, entre outros. Contudo, estas associações recorreram a toda uma série de práticas ritualizadas em seu funcionamento, o que mostra uma estabilidade e consolidação de certa modalidade de celebração e, sobretudo, uma aceitação para além das fronteiras de uma única categoria.

Carla Beatriz de Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestranda

Título da comunicação: *‘O Supremo Tribunal de Justiça como objeto e o uso da prosopografia como método’*

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo mostrar as abordagens historiográficas recebidas pelo objeto, ‘Supremo Tribunal de Justiça’, bem como refletir o ‘método da prosopografia’, uma vez que, esses dois eixos estão sendo trabalhados na pesquisa de mestrado que desenvolvo intitulada: ‘O Supremo Tribunal de Justiça no 2º Reinado’. Nesse sentido, daremos destaque aos trabalhos de Andréa Slemian, José Reinaldo de Lima Lopes, Paulo Macedo Garcia Neto e Gladys Sabina Ribeiro - importantes contribuições para se pensar essa instituição; bem como discorreremos sobre o uso da prosopografia como método empregado na pesquisa histórica, uma vez que constitui um recurso para apreensão do papel desempenhado por determinadas coletividades, a partir do estudo coletivo da vida de seus membros, essa técnica tem encontrado espaço com ‘retorno’ da história política, onde tivemos um olhar voltado para o uso das biografias e trajetórias, preocupação em pensar o papel do sujeito, e como o indivíduo entra na escrita da história.

Carlos Leonardo Kelmer Mathias

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Doutor - CNPQ

Jonathas de Freitas Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Graduando - CNPQ

Título da comunicação: *‘Uma hierarquia fluída: notas acerca de algumas redes de reciprocidade formadas entre as capitâncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, 1711 - 1756’*

Resumo: A partir do estudo das 4.988 escrituras de “procuração bastante” presente nos oitenta primeiros livros de nota depositados no Arquivo da Casa Setecentista de

Mariana, a comunicação ora proposta tem por objetivo discutir as redes de reciprocidade que, não obstante consignadas ao financiamento da economia aurífera por ação do tráfico atlântico de escravos, concorriam para a hierarquização social daquela sociedade. O desenho social formado pela análise das redes oriundas das escrituras de “procuração bastante” informa acerca dos milhares de indivíduos que em dado momento de suas vidas registraram alguma procuração no cartório do termo de Vila do Carmo – parte integrante da comarca de Vila Rica, capitania de Minas Gerais – entre 1711 e 1756. Dentre os inúmeros procuradores nomeados, havia indivíduos que oficiavam como homens de negócio, traficantes de escravos, guardas-mores da Relação da Bahia, militares das mais altas patentes, senhores de engenho etc. A complexidade social pulsante por detrás da lógica de funcionamento das sociedades de antigo regime pode ser apreendida quando observamos que da mesma forma que um mestre-de-campo podia nomear um guarda-mor da Relação para seu procurador, assim também o poderia uma preta forra, por exemplo. De outra sorte, nem todos detinham acesso irrestrito a determinadas figuras de notório relevo social, fato contribuinte para reafirmar uma hierarquia cujo cariz não raro sugeria certo nível de fluidez social. Discutir tais questões é o fito da comunicação em questão.

Claudinei Ivair de Arruda

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduado

Luciano Teixeira de Paula

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduado

Título da comunicação: *O papel da sociedade civil na formação da opinião pública*

Resumo: Nas últimas décadas do século XX, a sociedade civil, especialmente através de suas organizações, se tornou um dos atores de destaque no jogo político democrático. O presente trabalho pretende abordar a interação entre estruturas legais, associações civis e meios de comunicação, tendo como objetivo discutir o papel na formação da opinião pública através da mídia, podendo assim ampliar o seu poder de influência sobre o sistema político. Num mundo marcado pela Globalização, o indivíduo em crise de identidade sofre influência dos meios de comunicação. A mídia, enquanto produtora de significados e de representações da realidade, possui a capacidade de interferir nas relações sociais. As rotinas produtivas estabelecidas pela mídia contribuem para a construção de representações sociais, pois além de realizarem uma intermediação entre realidades, oferecem também uma interpretação sobre determinado fato e/ou acontecimento, apesar dos discursos de imparcialidade. Além disso, também efetua a divulgação de representações existentes. Ao utilizar uma imagem em detrimento de outra, ao privilegiar uma fonte de informação, escolhas vão sendo feitas e é justamente este procedimento que irá culminar na apresentação de um fragmento do real.

Daniela Barbosa de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestranda

Título da comunicação: *“Carnaval” e América Latina, um estudo através da Literatura.*

Resumo: A comunicação pretende apresentar e discutir os primeiros resultados da pesquisa que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora intitulada “Entre o Cão e o Cordeiro: A Guerra do Fim do Mundo carnavaliza os fanatismos de Canudos”. A Guerra do Fim do Mundo, lançado em 1981, é um romance importante na trajetória de Mário Vargas Llosa, mais recente ganhador do Prêmio Nobel de Literatura. Nele, o autor reescreve a Guerra de Canudos dando voz a representantes de vários setores e estamentos da sociedade da época, ampliando e diversificando o olhar do leitor sobre os eventos. O resultado é

uma interpretação absolutamente original. Defendo a hipótese de que na narrativa vargallosiana podemos encontrar elementos latentes da linguagem e do sistema de imagens carnavalescos, em consonância com o conceito de “carnavalização” proposto por Mikhail Bakhtin. Nesse sentido, a fim de legitimar esta aproximação, pretendo demonstrar, de maneira sumária, a apropriação promovida por estudiosos da América Latina e do Realismo Maravilhoso, corrente da qual Vargas Llosa faz parte, do conceito de “carnaval” enquanto chave para se entender a pluralidade cultural latino-americana. Aplicada à Canudos literária, e nem por isso menos “real”, de Vargas Llosa, a lógica carnavalesca reorganiza e “racionaliza” os fatos oferecendo novos ângulos para se abordar um momento especialmente polêmico da História política brasileira.

Eder da Silva Ribeiro

Universidade Federal Fluminense - Mestre

Título da comunicação: *Os conselheiros do Imperador D. Pedro I: formação e afirmação de um grupo homogêneo*

Resumo: Ao longo do reinado de D. Pedro I os conselheiros de Estado ganharam destaque em função de suas posições no alto escalão do governo imperial. Mas é importante observar que tais posições não seriam alcançadas se esses indivíduos desprezassem as suas redes sociais de origem, as quais foram fundamentais para o êxito conquistado no decorrer de suas trajetórias. Não é à toa que um exame das ligações desenvolvidas pelo grupo a partir da instituição que integravam revelou um complexo emaranhado de relações que, reforçadas por suas atuações no interior da Câmara dos senadores, foi capaz de alçá-los ao cerne da administração estatal e fornecer-lhes a hegemonia do campo político, configurando a formação de um grupo razoavelmente homogêneo que procurou inviabilizar a participação nos centros decisórios de outros grupos que estavam se organizando na Câmara dos deputados. Mapear essas redes relacionais constitui-se, portanto, na proposta central dessa comunicação.

Elaine Leonara de Vargas Sodré

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Doutor

Título da comunicação: *Quando a deusa cega serve a dois senhores... A magistratura brasileira entre o poder estatal e o poder local (1833-1871)*

Resumo: No Brasil independente, o arcabouço do poder judiciário foi apresentado no “título VI” da Constituição de 1824; porém, a sua efetiva organização dependia de outras leis e códigos. Em 1827, com a lei de 15 de outubro que criou o cargo de juiz de paz, a estrutura jurídica começou a ser modificada. Em 1830, as práticas jurídicas tiveram seu primeiro estatuto de funcionamento: o Código Criminal: primeiro código penal brasileiro. Porém, a reorganização do sistema judiciário foi viabilizada, apenas em 1832, quando da promulgação do Código de Processo Criminal. Em teoria, a partir do início da vigência daquele Código, a justiça colonial deixava de existir. Na prática, não foi tão simples, não era uma mera transposição, nem se poderia por fim à organização existente e começar do zero. Talvez seja mais correto dizer que houve um processo de mudança que organizou a nova estrutura tendo por base a antiga. O conjunto de leis e códigos implementados na década de 1830 resultou em um nítido fortalecimento da justiça independente, dos poderes locais e dos funcionários eleitos. Ao mesmo tempo, a magistratura profissional ficou limitada, pois sua atuação dependia dos juizes leigos. Em linhas gerais, o resultado foi a criação de uma instância judiciária, praticamente, desvinculada da administração central. Essa configuração permaneceu por uma década, contudo a partir da Reforma de 1841 o governo imperial tratou de retomar o controle da estrutura judiciária. Iniciava-se um processo lento e gradativo, primeiro, procurou retirar as funções de justiça dos mandatários

loais, depois buscou profissionalizar a magistratura para fortalecer o poder estatal. Na prática, contudo, observa-se que a magistratura togada sempre teve que servir a dois senhores. Por um lado, era a personificação do poder estatal, logo, deveria agir a favor do Estado. Por outro, desempenhava suas funções em regiões distantes, muitas vezes isoladas dos centros administrativos, lugares que tinham seus poderes econômicos e políticos estabelecidos. Como equacionar interesses locais e nacionais, públicos e privados? Os poderes locais aceitavam as "sentenças justas", mesmo quando elas feriam seus interesses pessoais? A magistratura profissional defensora dos interesses do Estado confrontou os poderes locais? Neste trabalho, através de uma análise da atuação do poder judiciário, especialmente dos magistrados imperiais que atuaram na província de São Pedro do Rio Grande, entre 1833 e 1871, buscarei indicar respostas para algumas das interrogações mencionadas.

Emilly Joyce Oliveira Lopes Silva

Universidade Federal de Minas Gerais - Mestranda - FAPEMIG

Título da comunicação: *Real Mesa Censória: aspectos de uma censura ilustrada (1768-1777)*

Resumo: Em lei de 5 de abril de 1768 determinou-se a criação de uma Mesa de Censores Regios para examinar os livros que circulariam no reino português. Chamado de Real Mesa Censória, o órgão que surgia então tomava como responsabilidade do Estado a censura de livros e material impresso, rompendo com a censura religiosa, existente em Portugal desde o século XVI. Esse processo, incluído no universo das reformas pombalinas, buscou alinhar os critérios para censura de livros com os interesses políticos defendidos pelo reformismo ilustrado pombalino, tornando o Estado detentor do controle sobre a circulação de livros. Portanto, buscamos analisar neste trabalho as relações entre as práticas políticas do pombalismo e o funcionamento da Real Mesa Censória, compreendendo o exame de livros como parte fundamental das reformas políticas e culturais estabelecidas pelo Marquês de Pombal. Para tanto, propomos o estudo dos pareceres apresentados pelos censores portugueses, assim como dos editais e leis que regulamentaram a RMC, com o objetivo de perceber as implicações políticas presentes nos critérios da censura.

Fabiana Aparecida de Almeida

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestranda

Título da comunicação: *Opinião pública e patrimônio cultural: as mudanças de perspectiva*

Resumo: No Brasil a preservação do patrimônio histórico e artístico foi se modificando ao longo de sua história para se adaptar às transformações que o país foi sofrendo. Nesse processo de mudança, a opinião pública que se refere à preservação também se modificou. Com esse fato, o presente trabalho pretende demonstrar como essas mudanças ocorreram e quais foram os fatores que influenciaram essas modificações, assim como, pretende mostrar como se desenvolveu a política de proteção ao patrimônio cultural brasileiro e de que forma a opinião pública interferiu nesse processo. A metodologia utilizada consiste na análise de dois modelos de narrativas preservacionistas difundidos no Brasil: a ligada ao nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que se estende de 1937 (ano de criação do SPHAN) até fins da década de 1970, e a ligada a Aloísio Magalhães, que se desenvolveu a partir dos anos 70 do século XX. Com base nesses modelos, percebemos mudanças da opinião pública em relação à preservação do patrimônio e também à noção de qual patrimônio deveria ser preservado, mudanças essas que também serão analisadas no trabalho. As principais fontes utilizadas serão textos de Norbert Elias sobre opinião pública, Maria Cecília Londres Fonseca, Silvana Rubino e José Reginaldo Santos Gonçalves, sobre patrimônio e os dois modelos de narrativas apresentadas, além de artigos publicados

na Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional, de diversos autores, que nos ajudaram a desenvolver melhor o tema trabalhado.

Fábio Francisco de Almeida Castilho

Universidade Estadual Paulista – Franca – Doutorando - Fapesp

Título da comunicação: *Movimento Separatista no Sul de Minas: As aspirações de um movimento insólito*

Resumo: Em 1892, um movimento separatista abalou o sossego e a modorra vivida nas cidadezinhas do sul de Minas. O movimento foi liderado por Martiniano da Fonseca Reis Brandão, republicano histórico insatisfeito com o alijamento político advindo com o novo regime. O movimento eclodiu na cidade de Campanha da Princesa e possuía um caráter radical e pretendia desmembrar parte do território mineiro e constituir-se em um novo estado, as Minas do Sul. Esse movimento surgiu com a não concordância por parte da elite regional da indicação de Cesário Alvim, político da Zona da Mata, para Presidência de Minas Gerais. Neste trabalho abordaremos a eclosão de tal movimento, assinalando sua importância dentro do contexto de início da República e evidenciando o rearranjo político que se seguiu à mudança de regime. Pretendemos averiguar quais foram, e se é que existiram, as alterações na forma de fazer política e se manter no poder após a Proclamação da República. Analisaremos este processo na região conhecida como “sul de Minas”, pois a mesma é apontada pela historiografia como região hegemônica no período em evidência (VISCARDI, 1999) e seus principais representantes; Francisco Salles, Silviano Brandão, Wenceslau Brás, Delfim Moreira, dentre outros; são nomes que ocuparam importantes cargos dentro do governo mineiro e nacional, tanto no período imperial, quanto na nova situação republicana. Para melhor compreender as estratégias e ações de permanência no poder desta elite abordaremos o episódio do movimento separatista e seu viés político. Dessa forma, pretendemos contribuir com as pesquisas que tem por tema as disputas inter-regionais em Minas, com a análise de um processo que revela a cultura política e a busca de uma nova roupagem mais adequada ao regime republicano.

Fábio Henrique Monteiro Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Doutorando

Título da comunicação: *Do estado da festa ao estado na festa: o carnaval ludovicense na década de 1990*

Resumo: O estudo do carnaval, do ponto de vista deste trabalho, tem como perspectiva analisar os espaços festivos carnavalescos no sentido de buscar reconhecer algumas das estratégias de relacionamento utilizadas por agentes do Estado para se aproximar das camadas populares. É a partir da década de 1990 que o Estado maranhense – na gestão da então governadora Roseana Sarney – começa a ter uma maior preocupação em elaborar, através de suas políticas públicas, estratégias de relacionamento com setores das camadas populares. Nessa perspectiva, o carnaval de rua (denominação que define o carnaval que não faz parte do desfile oficial) e os “Vivas” (espécies de teatro ao ar livre construídos durante esse governo) apresentam-se como elementos concretos de viabilidade de tais relações.

Felipe Marinho Duarte

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduando - UFJF/BIC

Título da comunicação: *Crédito público num contexto urbano*

Resumo: A historiografia acerca de Juiz de Fora tem dado uma atenção especial ao processo de consolidação capitalista da cidade e região, (num sentido mais amplo) que também é entendido como período de modernização capitalista das estruturas socioeconômicas que conduziram à formação de uma sociedade de mercado. Neste

sentido foram desenvolvidas inúmeras pesquisas abordando temas como a industrialização, transição de mão-de-obra, urbanização, modernização financeira pelas instituições bancárias, desenvolvimento do setor de serviços privados, higienismo, entre outros. A modernização capitalista pela qual passou Juiz de Fora a partir da década de 1850 transformou significativamente as relações de produção do espaço urbano. Convergingo com a bibliografia mais recente, percebe-se que muitos outros componentes do processo de consolidação capitalista local não foram considerados, dentre eles se destacam os aspectos financeiros, principalmente aqueles a cargo da prefeitura de Juiz de Fora, uma vez que os realizados por empresas particulares (como a Companhia Mineira de Eletricidade) já possuem alguma referência na historiografia. Este trabalho de pesquisa procura, em parte, satisfazer esta lacuna. Desta forma, um dos aspectos que tem sido ressaltado por esta bibliografia mais atual é a consolidação do mercado de capitais local, delineado a partir da retenção e reaplicação de recursos financeiros auferidos através da produção cafeeira regional. Dada a existência da oferta e demanda por crédito no mesmo espaço econômico, o capital cafeeiro criou um circuito que possibilitou a modernização capitalista da cidade. Os recursos acumulados pelas poupanças e capitais locais possibilitaram a diversificação de investimentos na região, destacando-se aqueles que representam a transferência de recursos financeiros entre os setores “tradicionalistas” (agrícolas) e aqueles “modernos” (urbano-industriais), cuja dinâmica decorre do próprio processo de consolidação do capitalismo. Aqui se encontra uma das principais questões presentes neste trabalho, a importância dos recursos gerados na cafeicultura local para o processo de urbanização e modernização do município, em especial na provisão de recursos e financiamento das obras de serviços públicos realizadas pelo poder executivo municipal utilizando o mercado de capitais local para levantar os recursos financeiros necessários. O mercado financeiro é compreendido nesta pesquisa segundo os conceitos propostos pela antropologia econômica, tendo Karl Polanyi e Walter Neale como principais referências teóricas. Estes autores consideram que nenhuma instituição social responde perfeitamente ao modelo ideal, logo a compreensão de mercado regulado apenas por leis próprias (oferta e demanda) torna-se um axioma sem validade. Entretanto este trabalho busca fazer uma reflexão acerca da produção do espaço urbano, que por muitas das vezes está diretamente envolvida com a política local, uma vez que os capitalistas da cidade ocupavam cargos políticos de relevância no quadro administrativo da cidade. Contudo torna-se notório que há uma estreita relação entre o setor financeiro e a política local, constituindo uma poderosa rede social que atuava em prol dos interesses deste homens de negócios.

Fernanda Chaves Gherardi

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduanda - BIC-UFJF

Título da comunicação: “Tropos” na Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais

Resumo: Segundo Reinhart Koselleck, há uma “força peculiar às palavras, sem as quais o fazer e o sofrer humanos não se experimentam nem tampouco se transmitem”. De certa forma, essa afirmação mostrou-se extremamente importante quando, ao estudar a revolta liberal de 1842 em Minas Gerais, pude constatar o quanto ela contribuiu para definir duas identidades políticas que acabaram por mobilizar o Segundo Reinado: a Conservadora e a Liberal. Embora sem questionar a monarquia, o movimento armado, que mobilizou as elites das províncias de Minas Gerais e São Paulo em 1842, lutava contra o projeto político centralizador iniciado em 1837 com a queda do Regente Diogo Feijó e a subida ao poder de Araújo Lima. O que se traduziu na aprovação das leis de Interpretação do Ato Adicional, da Reforma do Código do Processo Criminal e da Restauração do Conselho de Estado. Os revoltosos sabiam que deveriam agir sempre buscando justificar seus atos, pois seriam julgados

posteriormente. Da mesma forma, os conservadores também buscavam justificar as leis regressistas que levaram seus opositores a pegarem em armas. Mas além de justificar seus atos, liberais e conservadores se utilizaram de mecanismos discursivos que não passam pelo sentido literal, os quais serviam para desqualificar as ações e projeto do grupo oposto. Nesse sentido, buscarei compreender e mostrar como essas elites políticas, no âmbito mineiro, procuraram defender seus ideais utilizando, além do recurso às armas, seja para atacar, seja para se defender, artifícios discursivos, como o emprego das palavras em sentido metafórico (“tropos”), herdado do universo do discurso colonialista. Dessa forma, o enfoque do presente trabalho é a cultura política discursiva dessas elites políticas mineiras, no âmbito da revolta de 1842, uma vez que a luta armada foi acompanhada por uma batalha discursiva, reproduzida por meio de cartas, ofícios, panfletos, manifestos, notícias de jornais, depoimentos nos autos do inquérito criminal, memórias e discursos na Câmara de Deputados e no Senado. Para isso, irei me amparar nos conceitos de “representação”, defendido por Chartier, e “tropos”, adaptado por Stam e Shorat, bem como no fenômeno da Imaginação Social, de Bronislaw Baczko para analisar a historiografia e os documentos primários relativos ao movimento liberal de 1842, como a História da Revolução de Minas Geraes, em 1842, publicado pela Revista do Arquivo Público Mineiro; a Circular, de Teófilo Benedito Ottoni; Minhas Recordações, de Francisco de Paula Ferreira de Rezende; História da Revolução de 1842, do Cônego José Antônio Marinho e os Autos dos Inquéritos da Revolução de 1842, em Minas Gerais.

Fernanda Fioravante

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Doutoranda - CAPES

Título da comunicação: *Redes de poder: alianças e governabilidade no processo de implantação do poder régio nas Minas, c. 1711 – c. 1750*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a formação de redes no interior da instituição camarária e como as mesmas podiam interferir no processo de governabilidade dos domínios régios, fosse contra ou à favor dos interesses da coroa. Como foco da discussão, tomarei, substancialmente, os indivíduos que serviram na câmara de Vila do Carmo na primeira metade do século XVIII. Para tanto, cruzarei informações obtidas a partir dos dados de Livros de Notas, abarcando escrituras de compra e venda, crédito e procuração – presente na Casa Setecentista, sediada em Mariana – além de documentação diversa presente no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Histórico Ultramarino.

Fernando Gaudereto Lamas

Colégio de Aplicação João XXIII - UFJF - Mestre - CAPES

Título da comunicação: *Administração colonial nas Minas setecentistas: estudo de caso do processo de normatização da área Central da Mata mineira (1780-1800)*

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar o processo normatização dos sertões Lesta da Capitania mineira nos setecentos, mais precisamente da área Central do referido sertão. Tal fato era de suma importância para a administração colonial uma vez que a imposição de normas ditas civilizadas, isto é, a maior presença do aparelho burocrático-administrativo na área fazia-se necessária para regularizar a conquista e ocupação que estava ocorrendo naquele momento e que era produtora de conflitos em torno da questão da terra.

Filipe Queiroz de Campos

Universidade Federal de Juiz de Fora – Graduando

Título da comunicação: *Associativismo imigrante: Pantaleone Arcuri e os italianos na cidade de Juiz de Fora*

Resumo: O presente trabalho intenciona apresentar resultados da pesquisa de iniciação científica com o professor e doutor Marcos Olender, no projeto “A contribuição da imigração italiana para a produção arquitetônica de Juiz de Fora”. Neste trabalho serão apresentadas as relações de sociabilidade do italiano pedreiro e empreendedor Pantaleone Arcuri, o modo que este se envolveu com as redes sociais de brasileiros assim como com os imigrantes italianos, a partir de sua chegada em Juiz de Fora em 1891. Serão enfatizadas as redes que o calabrês estabeleceu com os próprios italianos, como com a família Spinelli, suas relações com a maçonaria das quais podemos ressaltar nomes como Tibério Ciampi ou Salvatore Notarroberto, se associando à loja fidelidade mineira e posteriormente em 1902 à Loja Benso di Cavour. A apresentação terá o objetivo de mostrar como partir de associações sociais, Pantaleone se inseria no contexto elitista da cidade e ao mesmo tempo protegia sua identidade e cultura, como na escolha de seus padrinhos de casamento. De um lado, o italiano fazendeiro e advogado Luiz Perry, fundador do primeiro mercado municipal de Juiz de Fora, e de outro, Antero José Lage Barbosa, membro da elite política da cidade. Pretende-se mostrar a flexibilidade que o calabrês Arcuri possuía em se associar com todos os tipos de indivíduos de destaque social, se associando ainda à pessoas como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, vereador, membro do conselho fiscal da empresa de Pantaleone e posteriormente governador de Minas Gerais, ou ainda o médico e político João Nogueira Penido Filho. Uma facilidade de relacionamentos impulsionada pelo seu ofício de construtor e projetista de obras e também pela sua natureza carismática e empreendedora. Para que fossem realizados os estudos que deram origem ao seguinte trabalho foi realizada a seguinte metodologia. Pesquisas no arquivo histórico da prefeitura de Juiz de Fora analisando-se as plantas de construções relativas ao período de 1890 à 1940 com a intenção de verificar as redes sociais que costumavam requisitar os serviços da construtora Pantaleone Arcuri e para que fins a contratavam. Fora feita a leitura e análise de bibliografia a respeito dos italianos em Juiz de Fora no esforço de identificar nesta, a figura de Pantaleone e suas associações. A respeito das fontes, utilizamos as plantas referentes à empresa de Pantaleone no arquivo da prefeitura, tese de mestrado de Ana Lúcia Meyer, de Giane de Souza Castro, e dissertação de mestrado de Mônica Ribeiro de Oliveira. Também utilizamos a tese de doutorado do professor Marcos Olender assim como a orientação deste no processo de pesquisa. Utilizamos os livros de Paulino de Oliveira, analisados com maior atenção por este não seguir exatamente um rigor científico. Ainda utilizamos artigos da revista *Locus*, “Dossiê Imigração italiana”, tese de mestrado de Maraliz de Castro Vieira Christo bem como seu artigo, “Italianos: Trabalho, enriquecimento e exclusão”.

Gilberto da Silva Guizelin

Universidade Estadual de Londrina - Mestrando - CAPES

Título da comunicação: *À Luz de um Novo Olhar do Político: Dimensões & Diretrizes da Diplomacia Vintista (1822-1828) do Império do Brasil*

Resumo: A escrita da história no Brasil tem passado, desde as últimas décadas do século há pouco findado – o XX – por um processo contínuo e constante de reformulação de seus paradigmas. Entre as principais causas deste fenômeno pode-se listar: 1º. a expansão dos cursos superiores de História, seguida de perto pela ampliação dos Programas de Pós-Graduação, fatos por si só relevantes, uma vez que a estes se devem, em grande parte, a disseminação, a incorporação e a criação de novos

campos de estudo; e, 2ª. a (re)valorização da análise histórica baseada num prisma teórico e metodológico marcadamente político o que explica, por sua vez, porque na ordem do dia têm estado a retomada dos “clássicos”. Nesse contexto claramente “efervescente”, a historiografia centrada no estudo da política externa nacional pode ser considerada uma das que mais se beneficiaram. Após décadas de obscurantismo, nas quais o número de trabalhos que lhe denotavam atenção podia facilmente ser contado nos dedos, verifica-se, com entusiasmo, a profusão de pesquisas e de publicações que mais recentemente vieram – e felizmente continuam a vir – a público revelando o quão rico, diversificado e, em boa medida, inédito são as questões que a este campo se apresentam. Inserida nesse universo, a presente comunicação ao eleger como objeto de sua apreciação a diplomacia vintista brasileira, ou seja, aquela que entre os anos de 1822 e 1828 se ateve principalmente – embora não exclusivamente – à obtenção do reconhecimento internacional do Império, tem por propósito destacar o quanto a realidade das dimensões e das diretrizes desta destoam da imagem imatura e submissa que lhe é costumeiramente consagrada, uma vez que, ao retomarmos trabalhos como o de João Pandiá Calógeras, autor de um dos primeiros e, ainda hoje, mais completos trabalhos da história diplomática nacional à época do Império – A política exterior do Império (1927 e 1933) –, em consonância com as perspectivas e observações apontadas por autores das últimas gerações, nos deparamos com uma diplomacia regida com uma admirável base de experiência e autonomia, com ampla dimensão de atuação e com primoroso cuidado no trato de suas diretrizes essenciais e fundamentais.

Gislene Edwiges de Lacerda

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestre

Título da comunicação: *Memórias Estudantis: O movimento estudantil juizforano durante a transição democrática (1974 - 1984)*

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo analisar o Movimento Estudantil, importante movimento atuante no cenário nacional durante o período de transição democrática. O Movimento Estudantil desempenhou um importante papel durante as décadas de 1970 e 1980, pois lutou contras as arbitrariedades do governo militar e pelas liberdades democráticas, compondo importantes ações políticas e impulsionando a sociedade civil a retornar às ruas. Para demonstrar sua relevância e realizar uma análise de sua atuação, esta comunicação pretende apresentar a pesquisa desenvolvida durante o mestrado em História pela UFJF, onde se visou compreender a trajetória do referido movimento no município de Juiz de Fora – MG, no período de 1974 a 1984, em especial, através da memória dos militantes estudantis sobre o período vivido em tempos de abertura política e luta democrática, a partir da qual pudemos delimitar a trajetória do ME juizforano e analisar a atuação dos sujeitos desta história. Valorizou-se abordar a relação deste movimento interna e externamente sob a perspectiva do diálogo travado entre suas tendências internas, destacando as disputas pela direção da entidade local representativa dos estudantes entre os diferentes grupos; e do referido movimento, através do Diretório Central dos Estudantes da UFJF, com outros movimentos sociais, reitoria e prefeitura.

Jefferson de Almeida Pinto

Universidade Federal Fluminense - Doutorando

Título da comunicação: *A Igreja Católica e o embate com o positivismo jurídico-penal – dimensões teológicas e políticas (1890-1955)*

Resumo: Em fins de 1908 o padre João Gualberto do Amaral pronunciaria na faculdade de direito de São Paulo um conjunto conferências em que refutava as teses na área jurídico-penal defendidas por Enrico Ferri. Deputado e jurista de origem italiana, estudioso das teorias de Cesare Lombroso e, portanto, adepto da

criminologia positivista, Ferri havia também difundido suas ideias pelo Brasil naquele mesmo ano. O que nos propomos a fazer nesta comunicação é datar este momento histórico e entender esses dois conjuntos de conferências tendo por base um referencial teológico e político. Interessa-nos compreender em que sentido o cientificismo em que se embasava os postulados da criminologia positivista eram contrários aos aspectos teológicos defendidos pela instituição romana. Assim também, como a fala de João Gualberto pode ser entendida em meio a uma tensão política em que a Igreja se via submetida ao processo de laicização positiva em curso no Brasil desde fins do sistema imperial.

Jefferson José Queler

Universidade de Campinas - Pós-Doutorando

Título da comunicação: *Golpista antes de ensaiar o golpe?: considerações sobre a polêmica da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República*

Resumo: A trajetória política de Jânio Quadros, desde a vereança de São Paulo até a Presidência da República, foi marcada por frequentes atitudes autoritárias de sua parte, como processos contra jornalistas, esvaziamento de instâncias do Poder Legislativo e outras mostras de personalismo. Tais atos foram potencializados por muitos de seus opositores para desqualificá-lo como sendo uma ameaça à democracia, um ditador em potencial. De modo que os vínculos do mesmo com o programa da democracia cristã e sua margem de envolvimento com partidos ficaram obscurecidos, seja nos debates políticos da época, seja na historiografia. Em outras palavras, a acusação de que Jânio golpearia as instituições democráticas, caso fosse eleito presidente da República, circulavam na sociedade brasileira muito antes de ele renunciar ao cargo meses depois de tê-lo alcançado, lançando sombras sobre seu envolvimento com a política institucional. Um alimento para interpretações teleológicas, como se ele estivesse tramando um atentado contra o regime desde sua atuação como vereador. Minha intenção não é ser condescendente com esse polêmico personagem de nossa história; muito pelo contrário. Gostaria justamente de conferir mais fundamentos à hipótese de que Jânio tentou conduzir um golpe de Estado com sua renúncia, por meio de memorandos dele enviados a lideranças das Forças Armadas. Com isso, pretendo indicar como a provável tentativa de fechar o Congresso foi se configurando nos últimos meses de seu governo, diferentemente da trama conspirativa delineada por adversários e inimigos seus imediatamente após a posse dele na Presidência. Investigarei a hipótese de que tal saída foi tomando forma na medida em que suas manobras e negociações políticas foram fracassando. Acusado constantemente de planejar a implantação de uma ditadura no país por grupos sociais que viam seus interesses prejudicados pelas diretrizes do governo, Jânio e parte de sua equipe, afinal, parecem ter se convencido de que a melhor maneira de implementar seus planos, era através da via extrainstitucional.

José Leandro Peters

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestrando

Título da comunicação: *Reflexos de uma disputa nacional: a repercussão da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida nos periódicos de Juiz de Fora.*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a repercussão nos periódicos da cidade de Juiz de Fora do ataque à imagem de Nossa Senhora Aparecida feito por um pastor da Igreja Universal em 12 de outubro de 1995. O ataque foi resultado não só de uma disputa entre instituições e crenças religiosas, mas também da concorrência entre duas redes de televisão (Rede Record e Rede Globo), o que acabou fazendo com que o ato do pastor ganhasse espaço e críticas no cenário nacional. No episódio que ficou conhecido como “chute na Santa” o pastor Sérgio Von Helde agrediu a imagem considerada padroeira do país por meio de palavras e chutes, o que desencadeou uma

onda de protestos em todo o país. Nos artigos dos jornais é possível conhecer qual foi a recepção desse acontecimento na cidade na medida em que os leitores enviaram cartas à imprensa sensibilizados com a questão e ofendidos pela ação do pastor, bem como ter a noção de como este fato foi interpretado pelas duas instituições religiosas envolvidas.

Leonardo Bassoli Angelo

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduando

Título da comunicação: *A Direção Geral dos Índios de Minas Gerais: uma política de civilização indígena*

Resumo: Analisando a rotina de uma instituição, podemos aventar a forma com que ações foram desenvolvidas por autoridades e pessoas relacionadas. No caso da Direção Geral dos Índios de Minas Gerais, o estudo da rotina institucional pode lançar luz a um ainda pouco conhecido sistema de civilização dos índios levado a cabo a partir da segunda metade do século XVIII na província. Neste estudo, pretendemos apresentar parte do panorama político dessa instituição no período de direção do francês Guido Thomaz Marlière, chegado ao Brasil junto com a Família Real Portuguesa (1808). Os documentos estudados consistem em correspondências e documentos oficiais de Guido.

Loque Arcanjo Júnior

Universidade Federal de Minas Gerais - Doutor

Título da comunicação: *Francisco Curt Lange e o modernismo musical no Brasil (1930-1946): Identidade nacional, política e diálogos musicais sobre a nação*

Resumo: Franz Curt Lange, musicólogo nascido em Eilenburg, Alemanha, em 1903, morreu em Montevidéu em 1997, graduou-se em arquitetura na Universidade de Munique em 1927, e doutorou-se em Bonn em 1929, com uma tese sobre a polifonia nos Países Baixos. Desenvolveu uma trajetória muito importante na América Latina. Estabeleceu-se em Montevidéu em 1930, a convite do governo uruguaio, dirigindo a seção musical do Instituto de Estudos Superiores do Uruguai. Criador do chamado Americanismo musical e do Boletim Latino-americano de Música (1935-1946) e autor de diversos ensaios que tratam da música colonial latino americana. A tarefa consiste em problematizar a inserção social de Lange e de seus interlocutores no universo cultural/musical modernista brasileiro entre os anos 1933 e 1946. Dentro destes fragmentos de diálogos codificados, a busca pelos significados dos códigos aponta para relações entre Curt Lange e o modernismo musical brasileiro representado nos discursos de outros intelectuais: Villa-Lobos, Mário de Andrade, Cláudio Santoro. Com o auxílio financeiro de duas instituições privadas, o Arquivo Curt Lange que foi integrado à Universidade Federal de Minas Gerais em 1995 (quando surgiu a denominação Acervo Curt Lange - ACL-UFMG) oferece no acervo registros da vida musical latino-americana ao longo de praticamente todo o século vinte e, desta forma, oferece uma documentação preciosa para a pesquisa musical, bem como para o estudo da musicologia na América Latina. Além dos registros audiovisuais, das partituras e dos programas de concerto e periódicos, tal como o Música Viva, estão concentradas no Arquivo cerca de 70.000 cartas enviadas e recebidas pelo musicólogo alemão nas quais encontramos interlocutores importantes do cenário musical e musicológico dos anos 1930 e 1940, como Villa-Lobos, Hans Joachim Koellreutter, Cláudio Santoro, Mário de Andrade, Andrade Muricy. As cartas, juntamente com outras fontes, expressam a presença de redes de comunicação entre indivíduos e grupos, sendo a partir destas, necessário pensar a construção de redes de sociabilidade por meio das quais os correspondentes constroem implícita ou explicitamente aproximações, distanciamentos, rupturas, pactos, tensões e afetos. Os temas que transitam nas cartas tecem redes de sociabilidades que demonstram ou

ocultam preocupações comuns que envolvem a cultura política nacionalista dos anos 1930 e 1940: o nacionalismo musical, o dodecafonismo, a institucionalização da educação musical no Brasil, a criação de periódicos especializados em música e de órgãos oficiais do governo Vargas para a circulação e difusão musical. Sobre as relações entre a história dos intelectuais, percebe-se que a história dos intelectuais tornou-se (...), em poucos anos, um campo autônomo que longe de se fechar em si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento da história política, social e cultural. Os temas demonstram um intenso debate em torno da construção de uma suposta musicalidade “originalmente” nacional dominou a cena musical entre os anos 1920 e 1940.

Luciano da Silva Moreira

Universidade Federal de Minas Gerais - Doutorando

Título da comunicação: *Paulistas e mineiros: imprensas e espaços da relação política (1827-1835)*

Resumo: Esta comunicação detém-se sobre a constituição de um espaço crítico politicamente organizado nas províncias de São Paulo e Minas Gerais entre 1827 e 1835. O marco teórico deste trabalho justifica-se, inicialmente, pelo surgimento do primeiro periódico impresso paulista em 1827, principiando discussão intensa com jornais de outras províncias, principalmente Minas Gerais. Por outro lado, este estudo encerra-se em 1835, com o término da fase trina das regências e a implementação de medidas repressoras contra os “abusos da imprensa”. A partir de fontes impressas e manuscritas encontradas em arquivos de Minas e São Paulo, serão abordadas as práticas relativas ao impresso, nos seus diversos matizes, identificando os elementos constitutivos de uma esfera pública de poder, no sentido que se depreende de Jürgen Habermas e James Melton. Dessa forma, o enfoque inicial será a formação dos espaços públicos em sua relação com os veículos de comunicação, notadamente as folhas manuscritas e impressas que circulavam pelas províncias em foco. Neste sentido, será analisado o processo de construção de um “clima de opinião” no Primeiro Reinado e seu desenvolvimento no sentido de uma “opinião pública” no período Regencial. Além disso, o circuito delineado por Robert Darnton, que vai do autor ao leitor, servirá de base para o estudo sobre os impressos. Enfatiza-se, além disso, que redes de comunicação foram montadas, possibilitando a ampliação da discussão política para além dos limites provinciais. Por meio do cotidiano das tipografias e das relações entre autores, editores e leitores, será evidenciada a constituição de um espaço propício ao debate público. Enfim, tendo em vista a hipótese de que o surgimento da imprensa periódica foi um acontecimento decisivo para a criação de novas condições históricas, acreditamos que os jornais viabilizaram o estabelecimento de uma rede de relações entre as elites mineira e paulista e levaram à formação de estratégias políticas fundamentais no processo de constituição do Estado Imperial.

Luís Eduardo de Oliveira

ISECC-FEAP - Doutor

Título da comunicação: *A Tribuna Popular e a luta dos trabalhadores cariocas pelo abono de natal*

Resumo: Na presente comunicação, apresento alguns dos resultados iniciais da pesquisa sobre a participação dos trabalhadores cariocas, e suas lideranças sindicais, na campanha nacional pela instituição da Lei do Abono de Natal, estudo este que realizo como participante do projeto O Rio de Janeiro e a experiência democrática nas páginas dos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964), coordenado pelo Professor Dr. Jorge Ferreira (UFF) e financiado pela FAPERJ. Entre 1945 e 1946, no momento em que as classes trabalhadoras da cidade do Rio de Janeiro e seus sindicatos retomavam as lutas por aumentos salariais, denunciavam o

recrudescimento da carestia e se mobilizavam para garantir a ampliação dos direitos sociais na nova Constituição do país, uma proposição de caráter redistributivista veio à tona na opinião pública da antiga Capital Federal: o pagamento do abono ou gratificação de Natal. Além de analisar os primeiros debates travados nos jornais em torno dessa importante medida trabalhista, somente consagrada em lei em julho de 1962, procurarei demonstrar que a sua formulação e reivindicação se processou, nessa fase inicial, no curso de um esforço mais geral das lideranças sindicais comunistas para firmar sua presença e liderança junto as bases fabris das mais importantes categorias profissionais cariocas dessa época, especialmente os metalúrgicos e os têxteis.

Luiz Fernando Rodrigues Lopes

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestrando

Título da comunicação: *Negócios, irmandade e vizinhança: as sociabilidades dos Familiares do Santo Ofício de Guarapiranga (1753-1801)*

Resumo: Os estudos sobre as múltiplas formas de sociabilidades são cada vez mais presentes nos trabalhos dos historiadores, qualquer que seja seu recorte temporal ou espacial. Um novo olhar lançado sobre as fontes privilegia a observação das relações sociais nas suas diversas perspectivas e espaços, como a família, o trabalho, a vizinhança e o ambiente público. Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, localizada no termo de Mariana, na capitania de Minas, onde em 1750 viviam cerca de cinco mil almas, dez agentes inquisitoriais foram nomeados para atuar em nome do Santo Ofício na vigilância da fé Católica. Os familiares do Santo Ofício, como eram intitulados, foram agentes inquisitoriais presentes em todo império português, e deveriam se enquadrar em uma série de pré-requisitos, inclusive ter “pureza de sangue”, desfrutando assim de um dos diferenciadores na hierarquia social do Antigo Regime, privilegiados pelo status que o título oferecia. Na freguesia em questão, foram homens de negócios de diversificados investimentos, em busca ascensão social e afirmação na elite local. O presente trabalho propõe demonstrar por meio da análise de testamentos, inventários post-mortem processos de habilitação e registro de patentes, os indícios da sociabilidade entre estes homens e analisar os eventuais ganhos para os personagens em questão.

Manuela Areias Costa

Universidade Federal Fluminense - Mestrando

Título da comunicação: *Práticas musicais e culturas políticas: as representações da banda “União XV de Novembro”, 1901-1930*

Resumo: A preocupação com o período da Primeira República vem se constituindo como um campo importante de estudos da nossa historiografia atual. Uma série de questões vem incorporando e ampliando as discussões sobre a época. Em meio às novas possibilidades do exercício da cidadania, a historiografia sobre o período vem quebrando o silêncio, abrindo as portas para debates diversos sobre experimentações de ação política e cultural no Brasil. Dessa forma, ressalta-se as práticas participativas expressas em organizações e movimentos que reuniam atores diversos na busca de direitos, ao mesmo tempo, civis e políticos. É de suma importância destacar, sobretudo, a participação de diversos agentes sociais como, intelectuais, professores, maestros, músicos populares, que experimentaram, em meio a muitos conflitos, a construção da nação republicana em termos culturais e políticos. Levando em consideração essas novas abordagens, pretendemos estabelecer um diálogo das práticas musicais com a história política e cultural. É através das representações expressas pela banda XV de Novembro, oriunda da cidade de Mariana- MG, que demonstraremos como alguns brasileiros, no caso os músicos de tal banda, conseguiram construir caminhos próprios para a participação política, e ao mesmo

tempo conquistaram espaços em setores mais amplos da sociedade. Sendo assim, a utilização do conceito de “culturas políticas” torna-se um dos alicerces mais importantes para entendermos as práticas dessa específica banda de música. A música tocada pela banda e sua repercussão, revela o quanto a população podia se envolver na construção de símbolos da nova República e da Nação. Contudo, os debates político-ideológicos na “República Musical”, tornam as práticas musicais da banda “Sociedade Musical União XV de Novembro” um campo privilegiado de observação, pois traz a luz da história o rico cotidiano dessa associação musical formada com a intenção de propagar os ideais do Partido Republicano.

Marcos Antonio Tavares da Costa

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestre

Título da comunicação: *As Forças Armadas e a projeção do poder político brasileiro para além de nossas fronteiras: um estudo comparativo entre a 2ª Guerra Mundial e as Missões de Paz da ONU.*

Resumo: O Objetivo desse trabalho é realizar um estudo comparativo envolvendo a análise das razões de ordem política que acarretaram no envolvimento e na declaração de guerra do Brasil contra os países do Eixo, na 2ª Guerra Mundial, culminando com o envio de 25 mil homens para os combates na Europa. E , envolvendo as razões que levaram, desde o início da década de 1990, aos governos brasileiros participarem, ativamente, por meio de tropas das Forças Armadas e de Forças Auxiliares, das missões de paz das Organizações das Nações Unidas (ONU). Procurando, nesta análise, apontar quais as estratégias que unem e que distanciam eventos tão distintos no espaço e no tempo dentro da História.

Maria Elisa Ribeiro Delfim

Universidade Federal de São João del-Rei - Mestranda - CNPQ

Título da comunicação: *Apontamentos sobre a elite política sanjoanense (1808-1822)*

Resumo: Através da ocupação de cargos no Senado da Câmara da vila de São João del Rei entre 1808 a 1822 foi possível identificar uma camada social a qual neste trabalho delimitamos como elite política sanjoanense. O período mencionado abarca o que entendemos como processo de Independência, momento em que Minas Gerais, especificamente a Comarca do Rio das Mortes viveu uma intensificação de sua atividade econômica em função das demandas do abastecimento da Corte, sendo de tal forma importante explicar sobre a atuação da elite local na esfera política. Além de ter-se tornado necessário também a definição conceitual do que entendemos por elite política, atentando para suas particularidades.

Mariana Eliane Teixeira

Universidade Federal de Juiz de Fora – Mestranda - CAPES

Título da comunicação: *A contribuição do conceito de Cultura Política ao debate sobre a construção da imagem do imigrante ideal*

Resumo: “O trabalho dignifica o homem”. Provavelmente, já escutamos esta expressão ao longo de nossa vida. Contudo, a idéia no Brasil de que o labor é aquilo que dá decência e distinção ao homem não surgiu da noite para o dia. Ela foi lentamente construída ao longo de nossa história, intensificando-se com o delineamento do fim do trabalho escravo. No final do século XIX e início do século XX, o Brasil vivenciou o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo o trabalho assalariado. Diante deste contexto, as elites dominantes viam-se envoltas da necessidade de reajustar a mentalidade da época para as transformações sociais e econômicas que estavam acontecendo; em outras palavras, o processo de constituição do capitalismo no nosso país deu-se concomitante a um esforço de construção da

nova ética do Labor. A idéia de Trabalho, ao longo de todos os anos de escravidão no país adquiriu um caráter negativo, mas em face das transformações sociais e econômicas que estavam acontecendo no Brasil, precisava assumir uma denotação positiva, que se desvinculasse da ótica escravista de anos anteriores. Dentro deste contexto, o imigrante europeu foi um elemento importante para conferir ao Trabalho, um valor positivo. O presente artigo propõe a utilização do conceito de Cultura Política para se pensar de que forma se delineou a construção da imagem do imigrante europeu como sendo o indivíduo ideal para o trabalho, e como a alternativa do trabalho imigrante surgiu no cenário mineiro e principalmente na cidade de São João del-Rei. A abertura da História Política a outras áreas do conhecimento, e a idéia de que as relações de poder podem ultrapassar as fronteiras políticas, permite que utilizemos conceitos como o de Cultura Política para enriquecermos discussões como estas, que forjaram o imigrante europeu como sendo o trabalhador ideal, envolto nas auras do progresso e da modernidade. É importante lembrarmos que existem poucos trabalhos neste sentido para Minas, e entender a construção da imagem dos imigrantes pelo viés das culturas políticas é algo novo na historiografia que só tende a enriquecer o debate sobre a formação do mercado de trabalho livre no Brasil.

Mateus da Rocha Reis

Universidade Federal de Juiz de Fora - Graduando

Título da comunicação: *Propostas para extinguir a escravidão: uma análise das obras de Benjamin Fontana e Maria Josephina*

Resumo: Propostas para terminar o comércio de escravos existiram desde a transferência da Família Real Portuguesa ao Brasil ao assinar tratados com a Inglaterra em 1810. Tratados e leis que se seguiram até o ano de 1888 com a abolição da escravidão. A presente comunicação pretende discutir, portanto as propostas para extinguir a escravidão no Brasil analisando fontes primárias de dois autores como Benjamin Fontana (Idéias lembranças e indicações para extinguir a escravidão no Brasil) e Maria Josephina Mathilde Durocher (Idéias por coordenar à respeito da emancipação) obras que datam do ano de 1865 e 1871. O trabalho pretende expor alguns pontos levantados durante a pesquisa ainda em andamento como: a linguagem utilizada pelos autores, às propostas, o contexto das obras, uma vez que a escravidão esta presente no cotidiano desses personagens e estão se discutindo propostas de maneira gradual e imediata a respeito da condição do escravo e de como extinguir sem prejudicar os senhores

Mateus Fernandes de Oliveira Almeida

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Doutorando - FAPESP

Título da comunicação: *Identidades e Cultura associativa: redes horizontais de auxílio mútuo e as categorias sociais.*

Resumo: As Sociedades de Ajúdua Mútua representam uma forma de corporação institucionalizada. Grupos de indivíduos comuns colocam seus próprios recursos para prover proteção contra riscos e benefícios sociais pra si mesmos em situações que são geralmente difíceis, inóspitas. Estas organizações são claramente adaptáveis ao nível do grupo. No entanto, o desenvolvimento e manutenção destas organizações exige um investimento considerável de tempo e de recursos financeiros os quais podiam ser aplicados para fins mais individuais. Diante de tal prerrogativa, é necessário pensar os fatores responsáveis por gerar entre os indivíduos vínculos de pertencimento que vão além de vantagens e prejuízos individuais que possam ser aferidos pelos próprios sujeitos históricos. Com base nas idéias acima expostas, pode-se aventar que os interesses individuais respondem pelas experiências de ajuda mútua, no entanto, um olhar sobre as instituições e não somente sobre as estratégias privadas, nos revelam que além das demandas materiais, prevalece um código de valores compartilhados

entre o interesse público e o interesse privado, entre o Estado e as representações coletivas. Os preceitos de moralidade e civilidade encontravam presentes nas sociedades de ajuda mútua e manifestavam-se através de alguns valores. Entendemos que no espaço configurado das relações associativas são estabelecidas normas de convivência que surgem a partir de experiências em comum que dão sentido à moral associativa. É no plano da convivência compartilhada que os códigos de valores ao se constituírem são absorvidos ou eliminados e formam a identidade coletiva, a fim de estabelecer parâmetros definidos de conduta a serem seguidos, não permitindo desvios, abusos e vantagens sobre o ente filiado, para que não sejam feridos e corrompidos seus interesses individuais. Podemos perceber dentro dessas experiências associativas, práticas vivenciadas tal como assevera E. P. Thompson, ao conferir aos homens e mulheres, a iniciativa de se associarem uns aos outros, segundo experiências e códigos morais compartilhados em suas estruturas corporativas de manifestação de interesses. Para marcar sua posição teórica, ele afirma que não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento e mudança de uma cultura e de uma consciência social, portanto, mudanças determinadas pelas relações de produção em que homens e mulheres encontram-se inseridos.

Michelle Cardoso Brandão

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestre

Título da comunicação: *Forjando Status e Construindo Autoridades: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-36)*

Resumo: Esta comunicação tem como finalidade apresentar os resultados obtidos com a pesquisa referente à dissertação de mestrado cujo objeto central foi o rol dos oficiais (Vereadores, Juizes Ordinários e Procuradores) da Câmara Municipal de Vila do Carmo nos anos iniciais do século XVIII; entre 1711 e 1736, momento em que se deu a formação da referida Vila e dos grupos de poder neste cenário. Partindo deste rol objetivamos verificar como se forjou a elite marianense a partir do reconhecimento local enquanto autoridade e, claro, do exercício administrativo na Câmara. Para tanto, buscamos os critérios definidores do padrão de acesso aos assentos na Câmara, vislumbrando decifrar o significado de homem bom em Vila do Carmo no contexto apresentado. Paralelamente, exploramos o papel dos oficiais na Câmara, abordando também os mecanismos que engendravam as relações entre Rei e municipalidade dentro do quadro de negociação. Partimos, para tanto, do princípio que esta relação além de possibilitar a manutenção da governabilidade régia, promoveu o fortalecimento dos oficiais que através do exercício de mando, consolidaram-se como autoridade e puderam manter sua “qualidade” enquanto um poderoso e proeminente grupo na hierarquia social. Diante disto, buscamos apresentar aqui um quadro geral daquilo que pôde ser minuciosamente estudado e verificado na dissertação de mestrado defendida e aprovada em Julho de 2009 na Universidade Federal de Juiz de Fora.

Nittina Anna Araújo Bianchi Botaro

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestranda

Título da comunicação: *A participação dos médicos na política de saúde brasileira: considerações sobre a participação desses profissionais no sistema suplementar de saúde brasileiro*

Resumo: Neste artigo, propõe-se apresentar os primeiros resultados da pesquisa de mestrado intitulada por: A trajetória dos planos e seguros privados: uma análise da participação de médicos, hospitais, operadoras e do Estado (1998-2008), desenvolvida no PPG em História da UFJF. Assim, escolhemos a priori analisar a participação dos médicos no desenvolvimento da política de saúde brasileira. Para

tanto, optamos por analisar o comportamento desse ator em duas arenas, Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); como também em duas organizações responsáveis por emitir a posição desses profissionais: Associação Brasileira Médica (AMB) e Conselho Federal de Medicina (CFM). A fim de perceber as diferentes agendas defendidas por esse setor; e ainda, identificar a presença – ou não – desse profissional nas reuniões do CNS e da ANS. Ademais, faz parte de nosso interesse perceber como a criação da ANS, em 2000, refletiu e foi percebida pelos membros do CNS. Para tanto, usaremos as leis 8.142/90 (dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS) e 9.961/00 (dispõe sobre a criação da ANS com o papel de regulamentar a saúde suplementar). Além das conclusões feitas a partir da leitura das atas da Câmara de Saúde Suplementar (responsável por reunir representantes de todos os segmentos da sociedade que protagonizam as relações no setor, em caráter consultivo), ligada a ANS; das atas do CNS (arena que cuida da fiscalização e criação da política de saúde brasileira), e também da leitura do Jornal da AMB e de resoluções do CFM. De forma que entendemos o comportamento dos médicos como um dos protagonistas na trajetória do Sistema Brasileiro de Saúde. Uma vez que esses profissionais utilizaram dos recursos próprios a esta categoria – como salienta Swaan, os formuladores do conceito “poder da profissão” e Kington, se considerarmos os médicos como um grupo de interesse –, de suas associações (AMB e CFM), como também deficiências da própria legislação da ANS para debater e impor normas. No limite, temos a formação de no mínimo dois cenários; os médicos freqüentam reuniões se convencidos que o “poder desta profissão” produzira certa pressão sobre as agendas. Por outro lado, conscientes que determinadas reuniões ou arenas, a força de seus conhecimento/argumentos não exercera influência sobre as resoluções ou normas, a estratégia utilizada é a ausência (saída) nas reuniões, como forma de evitar pontos de vetos para suas demandas, recorrendo a outros ambientes que exercerão maior pressão. Ademais, notamos o descontentamento dos membros do Conselho Nacional de Saúde com a criação de uma nova arena para o debate de política de saúde brasileira – no caso específico, saúde suplementar –, e, um possível esvaziamento ainda maior de médicos nas reuniões do CNS; entretanto, também se verificou a pouca participação desse ator nas reuniões da Câmara de Saúde Suplementar.

Pablo Rodrigues Marques

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Mestrando - CNPQ

Título da comunicação: *Manifestações ilustradas no Rio de Janeiro dos vice-reis: As agremiações científico-literárias*

Resumo: No contexto das reformas pombalinas, iniciativas que tivessem por objetivo o incremento econômico do reino passaram a contar com o incentivo da coroa, já que concorreriam para superação da tão alardeada defasagem de Portugal. Surgidas sob a proteção dos vice-reis, a Academia Fluminense Médica, Cirúrgica e Farmacêutica e a Sociedade Literária do Rio de Janeiro constituem algumas das manifestações do espírito ilustrado em terras brasílicas, ao qual a historiografia conferiu diferentes interpretações. Ora os ilustrados luso-brasileiros figuram como exemplos de um processo de tomada de consciência das elites coloniais, ora sua adesão ao projeto Imperial português é destacada. Afinal, como interpretar seu comportamento político?

Pedro Paulo Aiello Mesquita

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestrando

Título da comunicação: *As Relações de Poder na Companhia Petropolitana de Tecidos (1873-1945)*

Resumo: Esta comunicação pretende trabalhar as relações entre os atores sociais que trabalhavam na Companhia Petropolitana de Tecidos no período de sua fundação, em 1873, até o ano de 1945. Percebe-se, nesse sentido, como havia por parte da diretoria a estratégia de legitimar seu poder e manter a ordem estabelecida, sem distúrbios ou reivindicações, por meio de uma série de concessões ao operariado. Tal estratégia foi dificultada com a legislação trabalhista, uma vez que as concessões passaram a ser determinadas em lei e não mais eram dadas unicamente como forma de angariar prestígio pelos diretores. Assim, o poder é contemplado no interior da vivência social, associando as relações de poder com o estudo dos indivíduos, percebendo as redes políticas locais e suas dinâmicas consoantes ao contexto nacional. Da mesma forma, buscam-se perceber as ações dos operários no contexto da fábrica e como tais ações podem dar indícios das diferentes culturas políticas daqueles operários em dois momentos distintos da História do Brasil; a República Velha (1889-1930) e o primeiro período do Governo Vargas (1930-1945). Nesse sentido, a ação do operariado local passa a vincular-se à inoperância política como estratégia de angariar bens durante a República Velha e passa gradativamente a possuir maior senso político reivindicatório após a fundação do sindicato e das leis trabalhistas do governo Vargas. Por meio da análise das relações sociais estabelecidas no interior da Companhia Petropolitana no período estudado, pretende-se mostrar como o poder e a política podem assumir feições locais, podem ser vistos na relação entre atores sociais em um recorte específico no mundo do trabalho. Por certo, as formas de poder levam à criação de uma política interna no lócus social em análise, de forma que o poder passa a ser visto como produto de uma negociação social, forjado no interior de um grupo que o compartilha e vivencia. Empreguei fontes primárias, tais como os relatórios anuais da diretoria da Companhia e as fichas dos operários, nas quais há inúmeras informações a respeito dos mesmos, tais como sua função na indústria, data de admissão, saída, parentes na fábrica, entre outras. Além disso, usa-se o livro do sindicato formado em 1931 e jornais da época, sobretudo o "Jornal de Cascatinha". Autores que tratam do mundo de trabalho, tal como Jhon French e Robert Castel, Ismênia Martins, entre outros, são também estudados na formação deste texto. Cumpre observar, finalmente, que este trabalho é resultado dos estudos que venho desenvolvendo em minha dissertação de mestrado.

Priscila da Costa Pinheiro

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestranda

Título da comunicação: *O sentimento pátrio e as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)*

Resumo: Marcada pela intensa circulação de indivíduos das mais diversas procedências, a história da cidade do Rio de Janeiro atesta a presença significativa de imigrantes portugueses a partir da segunda metade dos oitocentos. A distância da terra natal, aliada aos problemas concretos vivenciados pela população estabelecida no país, conduziu estes imigrantes à busca de soluções também concretas. Assim, a organização de sociedades civis constituiu-se numa estratégia de sobrevivência para muitos dos portugueses residentes no Brasil. Tomando como ponto de partida as informações retiradas dos estatutos das associações beneficentes portuguesas organizadas na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1860 e 1882, o presente trabalho pretende traçar o perfil da clientela atendida pelas sociedades, bem como seus objetivos principais, a fim de melhor compreendermos tais organizações, os

consensos mínimos estabelecidos entre os sócios e o papel destas agremiações em um período marcado por mudanças. Pretende-se, enfim, uma contribuição ao estudo do fenômeno associativo no Brasil.

Priscila Musquim Alcântara

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestranda

Título da comunicação: *A influência da Escola de Engenharia de Porto Alegre na trajetória política de Yêddo Fiúza.*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória política do gaúcho Yêddo Fiúza, nomeado chefe do executivo de Petrópolis (RJ) por Getúlio Vargas em 1930, diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) durante o Estado Novo e candidato à presidência da República em 1945, pelo Partido Comunista. A pesquisa a ser apresentada discute a influência da formação de Fiúza como engenheiro, pela Escola de Engenharia de Porto Alegre, e compara sua trajetória com a de outros ex-alunos da instituição, em especial, no modo como Fiúza e outros engenheiros formados por aquela escola inseriram-se em órgãos de administração pública. Esta pesquisa leva em conta as análises a respeito de profissionais de formação técnica atuando na política pública entre anos de 1920 e 1940, bem como a dicotomia entre esses indivíduos e os chamados “profissionais da política”. Historiadores que se dedicaram a analisar essa questão, a exemplo de Angela de Castro Gomes, ressaltam que a expectativa em torno das chamadas “novas elites burocráticas”, compostas principalmente por engenheiros e economistas, era a de que essas pessoas fossem capazes de proporcionar uma administração mais eficiente, por se acreditar que tratava-se de pessoas mais comprometidas com a administração pública e mais bem preparadas para resolver os problemas sócio-econômicos do contexto.

Raimundo César de Oliveira Mattos

CESVA/UERJ - Mestrando

Título da comunicação: *A cultura política no oitocentos no Vale do Paraíba Fluminense – o caso de Manoel Antonio Esteves em Valença*

Resumo: Cidade do Vale do Paraíba Fluminense, Valença destacou-se, no oitocentos, como uma das grandes produtoras de café no Império. A sociedade que aí surgiu caracterizou-se, entre outras coisas, pela montagem de uma rede de poder e de sociabilidades, valendo-se de várias estratégias e alianças. Exemplo disso foi a figura de Manoel Antônio Esteves, comerciante português que, inicialmente em Vassouras e, após o casamento, em Valença, soube articular-se em várias frentes e tornar-se um cidadão respeitado na região. Sua trajetória é ilustrativa de uma cultura política local que estruturou-se em redes sociais através das relações de poder que, aqui, não dizem respeito apenas às clássicas vertentes historiográficas que tinham o Estado como único objeto. Os indivíduos, ainda que desligados das ligações partidárias, também se organizavam tecendo tais relações entre si, nas instituições e com outros indivíduos. Manoel Antonio Esteves é mais um destes elementos que, pelas cartas que deixou, permite-nos uma análise mais aprofundada desta cultura política oitocentista.

Raquel Barroso Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora – Mestranda - FAPEMIG

Título da comunicação: *À Leitora: o papel da mulher nas crônicas de França Júnior*

Resumo: Ao longo do século XIX no Brasil, em especial na segunda metade, ocorreu uma inegável transformação do papel feminino na sociedade. A modernização dos transportes, o incremento do comércio e da vida social na Corte possibilitaram às mulheres a tomada das ruas, espaço até então quase exclusivamente reservado ao

gênero masculino. Todavia, as mudanças não se deram unicamente como um reflexo do processo modernizador. As mulheres participaram ativamente delas assumindo a direção de jornais, escrevendo livros e artigos que, se nem sempre revelaram atitudes abertamente combativas e de grande ousadia, já eram transformadoras somente por se apresentarem intelectualmente equiparáveis aos homens. Paulatinamente, outras questões surgiram: o direito à formação, à profissionalização, ao divórcio e, por fim, à participação política. À medida que algumas dessas reivindicações femininas vão se tornando uma ameaça à tradicional organização familiar e, conseqüentemente, social, parte da elite letrada começa a opinar a respeito de uma definição do papel da mulher. Essa definição buscava delimitar as fronteiras entre os direitos e os deveres femininos na sociedade, e a localização delas variaram de acordo com o olhar mais modernizador ou tradicionalista de quem as traçava. Joaquim José da França Junior, folhetinista d'*O Paiz - RJ*, durante parte dos anos 1880, escrevia suas crônicas para um público majoritariamente feminino e buscou, através de conselhos, críticas e advertências, forjar uma imagem do "belo sexo", que buscou relacionar com a da felicidade da família. Nesta comunicação, buscarei analisar alguns de seus textos publicados naquele jornal, em busca de compreender a imagem da mulher que o folhetinista buscava divulgar através de seus escritos, em paralelo com as reivindicações e conquistas femininas que ocorreram durante o período.

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestre

Título da comunicação: *A Revista do Servidor Público e as representações sobre o trabalho, o Estado e o serviço público durante o Estado Novo (1938-1945)*

Resumo: Este trabalho pretende realizar um estudo de caso no âmbito da história dos livros, das edições e da leitura, enveredando conseqüentemente pelas complexas redes de profissionais e intelectuais responsáveis pela publicação da Revista do Servidor Público (RSP), editada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público a partir de 1938. O DASP foi responsável pela organização administrativa realizada pelo governo de Getúlio Vargas, e a publicação da RSP será aqui tratada como uma forma de difundir representações sobre o trabalhador, sobre o Estado e sobre a nação, com fortes imbricações com a ideologia política em voga no Estado Novo. Será também considerada um importante veículo de propaganda da ação institucional do regime varguista. Os resultados aqui expostos são frutos de pesquisa sobre os periódicos editados por órgãos da estrutura administrativa do Estado Novo, realizada no âmbito do projeto Coleção Brasileira: escritos e leituras da nação (1931-41), do Departamento de História da UFMG. Esta pesquisa pretende aprofundar os argumentos, já estabelecidos por vasta bibliografia, sobre a forte vinculação entre as visões sobre a nação, o Estado e o trabalho na cultura política observada nas décadas de 1930 e 1940. Pretende também reafirmar a importância dos impressos na configuração de uma "pedagogia da nacionalidade", conforme já bem demonstrado pelos estudos de Eliana Dutra e Ângela de Castro Gomes.

Renato João de Souza

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestrando

Título da comunicação: *Culturas políticas: desafios e potencialidades*

Resumo: Ao longo do século XX a historiografia mundial passou por varias transformações. Com a História política não foi diferente. A partir da década de 1980 ganhou corpo o que é convencionalmente chamado de Noiva História Política, que pretendia ampliar seu horizonte de análise. Aqui nos interessa especialmente a vertente denominada Cultura Política. Nessa perspectiva o presente trabalho tem por objetivo analisar esta renovação da História Política, especialmente no que tange o conceito de Cultura Política e suas potencialidades no campo da historiografia,

pensando sua aplicabilidade para o estudo das representações dos jornais “Estado de Minas” e “Binômio” a cerca do período que vai do início de 1963 a abril de 1964, momento da deposição de João Goulart por um golpe civil militar.

Sérgio Augusto Vicente

Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestrando - CAPES

Título da comunicação: *Sob os conselhos do Estado: uma análise dos pareceres do Conselho de Estado sobre os estatutos de associações científicas, literárias e de instrução erigidas na capital do Império brasileiro (1860-1882).*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as práticas associativas dedicadas à ciência e às letras em geral, na capital do Império do Brasil, nas décadas de 60, 70 e 80 do século XIX. A partir do ano de 1860, foram colocadas em prática pela legislação do Estado Imperial as disposições da lei 1083 e o decreto 2711, que exigiam de qualquer tipo de associação a elaboração de atas das sessões fundadoras e de estatutos, de modo que estes documentos fossem enviados ao Conselho de Estado, órgão que ficava responsável pela avaliação e análise dos mesmos, cabendo aos conselheiros a decisão de aprová-los ou não. Neste sentido, um significativo esforço investigativo tem se convergido essencialmente para uma análise da relação das associações científicas, literárias e de instrução com o Estado Imperial, tomando como base os projetos de estatuto estruturados pelos sócios fundadores destes espaços de sociabilidade e os pareceres redigidos pelos membros do Conselho de Estado. Esta abordagem configura uma profícua forma de percepção das demandas, das propostas dos sócios e do modo como as referidas associações eram vistas pelo Estado Imperial. Além disso, permite mensurar o nível de intervenção do Estado sobre estes espaços de sociabilidade, evidenciando como as associações reagiam a estas intervenções sobre suas rotinas. Por conseguinte, busca-se compreender o fenômeno associativo dentro de um contexto de transformações no cenário brasileiro, aprofundando o entendimento de como ele foi pensado e articulado pelos sócios e pelo Estado Imperial, bem como analisar se as associações significaram ou não a expressão da formação de uma esfera pública em construção e a constituição de uma cultura cívica.

Tarcísio de Souza Gaspar

Universidade Federal Fluminense – Mestrando - CNPQ e FAPERJ

Título da comunicação: *Boatos e Murmurações nas Minas da segunda metade do século XVIII: opinião pública e inconfidências*

Resumo: A comunicação investiga os boatos e murmurações veiculados na capitania de Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII. Analisam-se, em especial, as características da opinião pública local e as vozes difundidas nas inconfidências do período pombalino, situando-as no contexto que antecedeu o surgimento da Inconfidência Mineira de 1789.

Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Doutor

Título da comunicação: *Justiça Eleitoral e consolidação democrática: um estudo histórico*

Resumo: A história política brasileira tem nas fraudes eleitorais um problema que impactava diretamente os resultados oficiais. Ainda que com algumas diferenças na Colônia, no Império e na Primeira República, as fraudes eram fatores determinantes para o impedimento das transformações substantivas da política brasileira. Contra esse mal foram experimentadas diversas fórmulas, como a Lei Saraiva e a Lei Rosa e Silva. Autores como Lessa (1988), Barreto e Paim (1989) demonstraram em seus estudos que havia uma tendência a preferir o Judiciário desde o Império. Tendência

essa que merece maior elucidação. Associado a essa tendência, o colapso da República Velha permitiu uma maior abertura do mundo político ao poder Judiciário, sobretudo com a criação das duas justiças especializadas: a Eleitoral (em 1932) e a do Trabalho (em 1934). A Justiça Eleitoral Brasileira foi criada em um contexto revolucionário, sob o lema “representação e justiça”, com o objetivo de assegurar o direito do voto e impedir a corrupção no processo eleitoral, garantindo sua transparência. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a criação e o papel da Justiça Eleitoral, bem como, seus impactos sobre o processo de escolha dos representantes dos poderes executivo e legislativo e, conseqüentemente, sobre a democracia brasileira. Para tal reflexão foi utilizado o estudo histórico com reflexão de alguns fatos relevantes que ajudam a demonstrar o proposto. São eles: a criação da Justiça Eleitoral (1932); a redação dos códigos (1935 e 1965) e ementas (1955); a cassação do PCB (1947); a eleição de Tancredo Neves (1984); a candidatura de Silvio Santos (1989); e a verticalização das coligações (2002). Estes cinco últimos pretendem demonstrar a atuação política deste judiciário enquanto que o primeiro pretende contextualizar sob que circunstâncias surgiu este judiciário e se este possui alguma herança do período Imperial. Estudar o proposto visa preencher uma lacuna na história política brasileira, posto que, não há estudos político-históricos sobre esta instituição. Ao retirar do poder legislativo o controle deste processo e adjudicá-lo para um judiciário especial, permitiu-se que as decisões políticas fossem substituídas por decisões meramente técnicas, formalizadas, mas que favoreceram grupos políticos em detrimento de outros. Percebeu-se também que houve uma reconfiguração não só dos poderes, mas uma nova forma de administração, mais racionalizada e íntegra. Resta saber se essa racionalização e integridade contribuíram para a consolidação da democracia brasileira.

Tiago Almeida Zebende

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Mestrando - CNPQ

Título da comunicação: *O Quinto Império no Segundo Reinado: as idéias de Patroni, um filósofo profeta.*

Resumo: Por intermédio da biografia intelectual do paraense Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente busca-se descortinar no pensamento político brasileiro do século XIX um espaço de permanências místicas, religiosas e messiânicas. Envolvido em política desde cedo (ainda no período de sua formação em Coimbra participava ativamente na adesão do Pará à Revolução Vintista), este letrado brasileiro tomou para si o encargo de pensar o Brasil. Deixou escrita em jornais, livros e panfletos uma obra sobre política e direito crítica e prescritiva que, por suas características idealistas, pode ser classificada como utópica. Nas suas abordagens sobre direito natural, soberania, ética, direitos políticos e civis há sempre um contraponto de fundo religioso, que deixa entrever uma busca mística por desígnios divinos para a perfeita organização social humana. Seus esforços intelectuais no sentido de unir elementos de política liberal e misticismo católico nos ajudam a entender melhor os dilemas da aurora da modernidade brasileira onde, frente aos esforços por uma política moderna e secular, ainda se fazia sentir o peso das explicações religiosas sobre o homem e o mundo.

